

Raíssa Lebrão Rodrigues de Oliveira Turci

**DISPARIDADES ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA  
JORNALÍSTICA: RESPOSTAS TEÓRICAS A PARTIR DO  
CONCEITO DE AGONISMO**

Dissertação submetida ao Programa de  
Pós-graduação em Sociologia Política  
da Universidade Federal de Santa  
Catarina para a obtenção do Grau de  
Mestre em Sociologia Política  
Orientador: Prof. Dr. Jacques Mick

Florianópolis  
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Turci, Raissa Lebrão Rodrigues de Oliveira  
Disparidades entre o discurso e a prática  
jornalística: respostas teóricas a partir do conceito  
de agonismo / Raissa Lebrão Rodrigues de Oliveira  
Turci ; orientador, Jacques Mick, 2018.  
108 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de  
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Política, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Sociologia Política. 2. Teoria do jornalismo.  
3. Agonismo. 4. Parcialidade. 5. Perspectivismo. I.  
Mick, Jacques. II. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Política. III. Título.




**Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política**

Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Campus Universitário - Trindade  
Caixa Postal 476  
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil  
E-mail: ppgsopol@contato.ufsc.br

**“Disparidades entre o discurso e a prática jornalística: respostas  
teóricas a partir do conceito de agonismo.”**

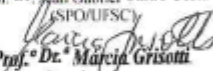
**Raissa Lebrão Rodrigues de Oliveira Turci**

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final  
pela Orientadora e pelos demais membros da Banca  
Examinadora, composta pelos seguintes professores.

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Jacobo de Miel (PPGSP/UFSC)  
Presidente/Orientador


  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Rnil Burgos  
(PPGSP/UFSC)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Jan Gabriel Cistiro Costa  
(SPO/UFSC)

  
**Prof.ª Dr.ª Marcia Grison**  
Coordenadora

Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Rnil Burgos (UEPG)  
SIAPE: 2169789

  
\_\_\_\_\_  
Prof.ª Dr.ª Marcia Grison (Coordenadora  
PPGSP/UFSC)

FLORIANÓPOLIS, (SC), FEVEREIRO de 2018.



## RESUMO

Em meio a uma crise global, o jornalismo enfrenta questionamentos sobre a posição que advoga para si e alguns de seus valores manifestos. As grandes empresas jornalísticas e muito da teoria clássica do jornalismo, porém, permanecem discursando sobre a profissão baseadas nesses mesmos valores, como objetividade, imparcialidade e neutralidade. Procuo, nas teorias de viés agonista, reflexões e conceitos que possam ajudar a repensar valores, concepções e práticas jornalísticas a partir de outras bases, como a parcialidade e o dissenso. A teoria agonista fornece um ponto de partida para formular contribuições que relacionem diretamente jornalismo e teoria política, tendo em vista uma teoria e prática jornalísticas que assumam as disputas de poder entre perspectivas nas sociedades contemporâneas.

**Palavras-chave:** Teoria do Jornalismo. Agonismo. Parcialidade. Perspectivismo



## **ABSTRACT**

In the middle of a global crisis, journalism faces questioning about the position it claims for itself and some of its manifest values. The major journalistic companies and much of the classic theory of journalism, however, remain speaking about the profession based on these same values, like objectivity, impartiality and neutrality. I seek, in the agonistic bias theories, for reflections and concepts to help rethink journalistic values, conceptions, and practices from other bases, like partiality and contest. The agonistic theory provides a starting point to establish contributions that directly connect journalism and political theory, looking for a journalistic theory and practices that assume the power struggles between perspectives in contemporary societies.

**Keywords:** Theories of journalism. Agonism. Partiality. Perspectivism.





## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>09</b>  |
| <b>1 OBJETIVIDADE, IMPARCIALIDADE E OUTRAS IMPOSSIBILIDADES – CRÍTICA AOS VALORES NORMATIVOS DO JORNALISMO.....</b> | <b>13</b>  |
| <b>2 REPENSANDO O JORNALISMO COM UM VIÉS AGONISTA .....</b>   | <b>27</b>  |
| 2.1 HANNAH ARENDT, AGONISMO E JORNALISMO .....  | 30         |
| 2.2 CHANTAL MOUFFE, AGONISMO E JORNALISMO .....   | 49         |
| 2.2.1 Mouffe e a Mídia.....   | 58         |
| 2.3 WILLIAM CONNOLLY, AGONISMO E JORNALISMO.....  | 63         |
| <b>3 POSSIBILIDADES PRÁTICAS DE UM JORNALISMO AGONISTA.....</b>   | <b>67</b>  |
| 3.1 JORNALISMO DE PLURALISMO EXTERNO .....  | 76         |
| <b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>   | <b>101</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>105</b> |



## INTRODUÇÃO

A teoria e as práticas jornalísticas, bem como o discurso das grandes empresas de jornalismo, atravessam um momento de contestação e redefinição. As mudanças e desafios que o campo enfrenta, desde a incerteza da viabilidade financeira, passando pelos questionamentos sobre seu papel na democracia e pela epistemologia, sugerem que o discurso que ele procura sustentar para si parece cada vez mais difícil de manter (STEEL, 2017; WAHL-JORGENSEN, 2017). Nesse contexto, direcionar o olhar para o questionamento e a reconsideração dos papéis e fazeres consolidados de jornalismo pode ser um horizonte profícuo.

A discussão sobre as definições de jornalismo é crucial para a composição do campo e o estudo de suas possíveis formas e estruturas. A teoria dominante encontra certa coerência com o discurso das empresas jornalísticas que, em conjunto, geralmente orientam as práticas da profissão. O discurso dominante em ambas as esferas – academia e mercado – conflui para as diretrizes sobre jornalismo que questiono neste trabalho. A teoria do jornalismo que aqui considero dominante é aquela que adota, como base ou objetivo final, a noção, direta ou indireta, de jornalismo como “busca pela verdade” ou pela “maior imparcialidade e objetividade possíveis”, presente em autores como Bill Kovach e Tom Rosenstiel, Phillip Meyer, Ivor Shapiro, Michael Schudson, Lorenzo Gomis, Marques de Melo, Nelson Traquina, Jorge Pedro Souza, Cremilda Medina, Nilson Lage, Luiz Amaral, Luiz Beltrão, Mário Erbolato, entre outros.

A legitimidade de um discurso que coloca, lado a lado, jornalismo, imparcialidade, objetividade e verdade, se retroalimenta nessa confluência entre campo acadêmico e mercado. As empresas e organizações de jornalismo disseminam os ideais normativos dessa teoria como seus objetivos e orientações práticas; a teoria, por sua vez, pode encontrar reforço desses ideais no discurso das empresas e dos jornalistas sobre si, forjando uma pretensa concordância sobre o que é, o que pode ser e o que se quer do jornalismo, assentada nesse ideal compartilhado e largamente publicizado.

Afirmar-se enquanto prática que busca tais valores funciona tanto pela sua aparente incontestabilidade – à primeira vista, parece razoável que o jornalista procure a “verdade dos fatos”, a correspondência com o real, a imparcialidade possível, o interesse público – quanto pela

quantidade de significados que cabe em cada um deles. São conceitos amplos e soam nobres o suficiente para sustentar certa autonomia e inquestionabilidade do campo jornalístico e para que sejam ajustados aos mais variados desejos, possibilidades e necessidades. Neutralidade, interesse público, objetividade, imparcialidade, podem tanto servir como tipo-ideal para teorizar sobre o jornalismo, quanto adotar o significado que uma empresa ou jornalista quiser lhes dar, em diferentes contextos, épocas e sociedades. Práticas e orientações profissionais bastante distintas cabem, sem grandes incongruências explícitas, nesses valores normativos. Portanto, essa confluência entre teoria dominante e discurso do campo sobre si pode trabalhar a favor da legitimidade de cada um deles e de todos em conjunto, afinal, quanto menor a discrepância entre eles, mais verossímeis parecem suas afirmações.

Correm atualmente diversas disputas sobre concepções de jornalismo e contestações sobre a ideologia profissional são cada vez mais frequentes, tanto no âmbito acadêmico quanto nos espaços de prática jornalística, sejam as práticas legitimadas enquanto profissionais, sejam outras formas de conceber e produzir jornalismo – jornalismo cidadão, jornalismo independente, jornalismo comunitário ou popular, entre outros.

A pergunta que embasa as críticas e reflexões desenvolvidas ao longo deste trabalho é: dadas as inconsistências entre diversos de seus valores autoproclamados – objetividade, neutralidade, imparcialidade, verdade – poderia o jornalismo assumir-se parcial, posição menos condizente com suas teorias normativas em geral, mas talvez mais condizente com suas possibilidades práticas? Pretendo refletir sobre algumas das consequências, para o jornalismo, de negar o “político”, construir uma aproximação mais direta entre jornalismo e teoria política e, a partir do pensamento agonista, que explicita a parcialidade e valoriza o dissenso, formular questionamentos e diferentes concepções do que pode ser o jornalismo.

Parece-me que ideias agonistas podem ser terreno propício para germinar reflexões sobre o jornalismo que assumam as impossibilidades de abarcar todos os pontos de vista distintos e neguem a busca por uma neutralidade ou “verdade” una, escamoteada nos valores normativos da profissão.

No primeiro capítulo, faço uma breve descrição histórica da consolidação dos principais valores base do jornalismo brasileiro e anglo-saxônico, por ser esta a tradição que mais fortemente influenciou

as concepções nacionais. Em seguida, construo a crítica a esses valores e demonstro como parte do campo científico discute a teoria jornalística no momento.

No segundo capítulo, com base no esquema interpretativo das teorias agonistas, procuro relacionar agonismo e jornalismo e, a partir dessa relação, pensar concepções que questionem os valores básicos do discurso sobre profissão e possam ser frutíferas para conceber novos horizontes.

No terceiro capítulo, realizo uma síntese das reflexões desenvolvidas sobre a relação entre agonismo e jornalismo e procuro pensar algumas das consequências, possibilidades e impossibilidades práticas de um modelo agonista de jornalismo no Brasil.

Ao pensar uma posição agonista de jornalismo e um afastamento do ideal de neutralidade, universalidade ou pluralidade interna, reflito sobre a distância entre os valores reiterados pelas empresas e teorias do jornalismo e suas práticas, em um momento de crise da profissão. Advogar para si funções que não são coerentes com as práticas não parece muito produtivo para novas concepções e fazeres jornalísticos. Por outro lado, abrir mão de ideais como pluralismo interno e busca pela neutralidade, no contexto nacional, pode reforçar a situação em que apenas as poucas visões e perspectivas já dominantes são perpetuadas, vista a pequena possibilidade de que tantos e tão diversos veículos consigam coexistir e ter alcance significativo.

Acredito que esta dissertação pode fornecer contribuições para as reflexões sobre a crise no campo jornalístico e sobre a relação entre jornalismo e teoria política, tendo em vista formas de conceber e interpretar o jornalismo que assumam as disputas de poder entre perspectivas e possam auxiliar novas práticas, interpretações e estudos. Ao refletir sobre a teoria e o discurso jornalísticos e rejeitar definições estritas e receitas sobre o que o jornalismo *é* ou *deve ser*, procuro radicalizar o que *pode ser* o jornalismo.



## 1 OBJETIVIDADE, IMPARCIALIDADE E OUTRAS IMPOSSIBILIDADES – CRÍTICA AOS VALORES NORMATIVOS DO JORNALISMO

As empresas jornalísticas e muito da teoria do jornalismo discursam sobre a profissão calcando-se em valores como objetividade, neutralidade, isenção e independência (DEUZE; WITSCHGE, 2017; BROERSMA; PETERS, 2017), tanto no Brasil quanto na tradição anglo-saxônica, a que mais marcadamente influenciou as práticas nacionais. (MELO, 2006; TRAQUINA, 2005). Apesar das explícitas discrepâncias entre o que o discurso jornalístico diz de si – neutro, isento, objetivo – e suas práticas, os veículos de informação nacionais de maior expressividade baseiam-se no modelo que Hallin e Mancini (2004) denominam de *catchall*: abordar a maior quantidade de temas e perspectivas tidos como relevantes com a máxima neutralidade possível.

Journalists tend to benchmark their actions and attitudes self-referentially using ideal-typical standards, seeing themselves as providing a public service; being objective, fair, and (therefore) trustworthy; working autonomously, committed to an operational logic of actuality and speed (preeminent in concepts such as reporting on breaking news, getting the story first); and having a social responsibility and ethical sensibility (Deuze, 2005). This conceptualization is still strong within the field today and seems to endure even in the midst of profound changes and challenges to the profession (DEUZE; WITSCHGE, 2017, p. 3).<sup>1</sup>

Em sua síntese sobre o pensamento jornalístico brasileiro,

---

<sup>1</sup> Jornalistas tendem a padronizar suas ações usando padrões típico-ideais para se autorreferenciar, vendo a si mesmos como prestando um serviço público; sendo objetivos, justos, e (portanto) dignos de confiança; trabalhando de forma autônoma, comprometidos com uma lógica operacional de atualidade e velocidade (proeminentes em conceitos como fornecer notícias de última hora, conseguir a história primeiro); e tendo uma responsabilidade social e sensibilidade ética (Deuze, 2005). Essa conceituação ainda hoje é forte no campo e parece persistir mesmo em meio a profundas mudanças e desafios à profissão.

Marques de Melo (2006) escreve que a “questão da objetividade” está ligada ao jornalismo desde que este se tornou uma atividade regular, contínua e autônoma. Na tradição anglo-saxônica, um jornalismo “objetivo” significava um jornalismo que fazia a separação entre interpretação pessoal e relato factual, racional e contido.

O jornalismo inglês cunhou a expressão “o comentário é livre, mas os fatos são sagrados”. Isso significa atribuir à informação [...] um caráter de neutralidade e de imparcialidade. Se “os fatos são sagrados”, o jornalista não deve interferir na sua apresentação [...], cabendo-lhe o dever de reproduzi-los com fidedignidade, exatidão, precisão (MELO, 2006, p. 38).

A objetividade é mobilizada pelo jornalismo não apenas como forma de legitimar o próprio discurso, mas também como uma postura “ética”, de respeito ao leitor. De acordo com o levantamento de Melo (2006), ao final do século XIX, principalmente nos Estados Unidos, a imprensa vinha perdendo credibilidade face à constatação de que a corrida para aumentar o volume de vendas transformou os jornais em produtos cuja principal função era gerar lucro. “O jornalismo deixava de se conduzir como um ‘serviço público’, comprometido com os interesses da sociedade, e se tornava um ‘negócio’ altamente lucrativo (MELO, 2006, p. 42).” Dada a percepção de sensacionalismo por parte dos leitores e a desconfiança quanto a fatos modificados ou artificialmente gerados em prol do aumento das vendas, a objetividade aparece como o valor ideal para resgatar a ética jornalística.

A bandeira da objetividade ergue-se aí como um dever ser: como referencial para a apuração correta dos fatos, para a identificação dos acontecimentos verazes. Ser objetivo significa ser fiel à realidade, evitando-se a interferência da instituição jornalística na sua configuração para “criar” notícias (MELO, 2006, p. 42).



Ao mesmo tempo, os processos de produção jornalística industrializavam-se, massificavam-se e exigiam maior racionalização das atividades. A objetividade passa também a ser clamada nos manuais de redação, convertendo-se em norma de estilo, entendida como síntese textual para economizar tempo e espaço. Texto “objetivo” era aquele que transmitia, com o mínimo de palavras, o máximo de informações possível. A objetividade torna-se como que um receituário para a prática jornalística, uma norma, constituindo o modelo desejável de escrita e atuação profissional.

Melo (2006) cita alguns autores que questionaram a objetividade enquanto prática possível e procura adotar um tom crítico em relação à ideia de relato objetivo e neutro, mas acaba sendo mais um exemplo de apego aos valores clássicos proclamados pela teoria do jornalismo ao fazer, em “Teoria do Jornalismo: identidades brasileiras”, justamente um apelo em prol da objetividade. Surge a objetividade “plural”, aquela que finalmente permite ao jornalista exercer sua atividade de “mediador” entre os “fatos de interesse público” e a “cidadania”.

Na medida em que o jornalista assume o papel de agente social, responsável pela observação da realidade, ele se torna mediador entre os fatos de interesse público e a cidadania. Por isso, resgatar a objetividade jornalística, depurando-a das distorções tecnicistas (síntese atomizada dos acontecimentos) ou ideologizantes (neutralidade, imparcialidade, apoliticismo), significa buscar novos padrões de expressão jornalística, possibilitando a difusão de diferentes versões dos fatos, honestamente construídas. Todo acontecimento envolve múltiplas variáveis, distintas motivações: é necessário desvendá-lo completamente, mostrando ao cidadão sua fisionomia integral (MELO, 2006, p. 49).

Novamente, a objetividade sustenta uma visão idealizada e demasiado heroica de jornalismo. Aparece como palavra-chave que diz tudo e nada, constrói um ideal normativo genérico enquanto finge negá-lo. Melo trata a objetividade como “salvação” do que não pode ser salvo: ela vai garantir a possibilidade de difusão de “diferentes versões

honestamente construídas”, como se um jogo de palavras e a intenção “honesta” resolvessem os impedimentos práticos de tal idealização, como se a objetividade, agora aliada da honestidade, fosse suficiente para fazer os jornalistas pairarem e passearem entre perspectivas e, então, meramente “reportá-las”. Melo reconhece que o jornalista age sob uma perspectiva intransponível – a sua própria – mas a rápida ressalva de que ele deve ser honesto e o leitor deve poder confrontar uma versão com outras parece tudo resolver.

Além disso, a argumentação sugere uma verdade uma por trás das diferentes versões e interpretações, como se houvesse uma realidade a ser “desvendada” pelo jornalista e pelo leitor ao comparar diferentes perspectivas. Ainda aqui é como se o jornalista fosse um relator invisível e não participasse ativamente das trocas e da produção da “verdade” que relata.

Não apenas a “objetividade”, mas diversos outros valores já clássicos nos estudos e discursos sobre o jornalismo permanecem como arcabouço a ser consultado para avaliar, estudar, julgar e fazer jornalismo, mesmo que possam parecer insuficientes para tratar de diversas fissuras no campo.

Broersma e Peters (2016) argumentam que o projeto moderno de jornalismo fundou-se na premissa e na promessa de fornecer informação à população e, por isso, ser essencial para a constituição e manutenção da democracia. Na ilusão de tentar “ser tudo para todos”, o discurso jornalístico se prendeu a diversas concepções sobre seu papel que se refletiram nas práticas, *slogans* e em seu discurso legitimador. Esses valores ideais são conhecidos: busca da verdade, “o quarto poder”, *accountabilty*, “*watchdog*”, representação pública, mediador entre políticos e cidadãos, etc.

Na interação com os atores em torno do jornalismo, sejam eles o público, as fontes ou os poderes econômicos e políticos, cinco valores típico-ideais dão legitimidade e credibilidade ao que jornalistas fazem: serviço público, objetividade, autonomia, imediatismo e ética (Deuze, 2005). Neste discurso, jornalistas prestam um serviço público como cães de guarda ou “caçadores de notícias”, coletores ativos e disseminadores de informação. Argumenta-se que

o que diferencia o jornalista é o seu esforço de ser imparcial, neutro, objetivo, justo e, assim, crível. Relata-se a necessidade de ser autônomo, livre e independente para fazer seu trabalho de forma eficaz. Inerente ao conceito de notícia para os jornalistas está um senso de imediatismo, atualidade e velocidade. E, por último, argumenta-se que uma outra característica identitária é um senso de ética, validade e legitimidade (DEUZE; WITSCHGE, 2016, p. 13).

Para se adaptar às mudanças sociais, econômicas e tecnológicas – ampliação do acesso à internet, desenvolvimento de dispositivos móveis, possibilidade de compartilhar informações em rede, colapso no modelo econômico da venda de notícias, precarização das condições de trabalho – jornalistas procuram desenvolver táticas, estruturas organizacionais e uma nova autoconcepção. (DEUZE; WITSCHGE, 2016).

Mesmo nas novas iniciativas jornalísticas, que se contrapõem à mídia jornalística tradicional, os valores advogados com frequência permanecem os mesmos, sugerindo mais ou menos diretamente uma necessidade de afirmar a busca por neutralidade ou imparcialidade por parte dos jornalistas, que deveriam conseguir, de alguma maneira, “pairar” sobre os conflitos e analisá-los sem participar diretamente deles. Em um estudo sobre o *Mediapart*, veículo online alternativo à imprensa tradicional da França, Deuze, Wagemans e Witschge (2016) analisam que, mesmo inovando em diversas dimensões, o *Mediapart* não desafia o entendimento consolidado do que é e do que deve ser o jornalismo. Ao contrário, reforça e se utiliza das definições tradicionais para conquistar legitimidade frente aos veículos convencionais, que não estariam fazendo jus ao jornalismo típico-ideal. O desafio do *Mediapart* às organizações tradicionais de imprensa é exatamente um retorno aos valores ideais do jornalismo tradicional e uma aproximação ao modelo anglo-saxônico.

Procura-se, muitas vezes, resolver a inegável incompatibilidade entre valores propagados e a prática diária com promessas e tentativas de mudanças no modelo de negócios, sem que haja necessariamente uma ruptura mais radical com os valores ideais e a retórica que os sustenta. Os discursos e representações veiculados pela mídia

jornalística não esgotam – nem poderiam fazê-lo – a pluralidade de perspectivas e interesses presentes nas sociedades. As vozes que se fazem ouvir na mídia não são necessariamente representantes dos grupos e das vozes na sociedade, ainda que muitas vezes estejam lá como que para cumprir essa função. A ausência de diversos grupos na disputa pelas representações do mundo social ou sua má representação – subdimensionada, generalizada, inadequada – afetam diretamente a credibilidade da imprensa e a desconfiança em relação a seus valores manifestos.

Para abordar essa falta de confiabilidade na imprensa, Miguel (2014) retoma o conceito de “sistema perito” de Giddens. O sociólogo inglês considera que uma das características das sociedades contemporâneas é o fato de que, no lugar de interações face a face, nossas vidas estão condicionadas por grupos de pessoas que nunca vimos. Esse “desencaixe” das relações sociais leva a uma influência cada vez maior de sistemas peritos, os “sistemas de excelência técnica ou *expertise* profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que nós vivemos hoje” (GIDDENS, 1991, p. 35).

Esses sistemas possuem dois traços principais: o primeiro, um elevado grau de autonomia em relação aos outros; o segundo, o fato de que pressupõem uma crença em sua competência especializada. Miguel (2014) afirma que o jornalismo pode ser visto como um “sistema perito” que inclui uma prática específica e um produto final.

O leitor/ouvinte/espectador, no papel de consumidor de notícias, mantém em relação ao jornalismo uma atitude de confiança, similar à dos outros sistemas peritos, que pode ser dividida em três momentos: (1) confiança quanto à veracidade das informações relatadas; (2) confiança quanto à justeza na seleção e hierarquização dos elementos importantes ao relato; e (3) confiança quanto à justeza na seleção e hierarquização das notícias diante do estoque de “fatos” disponíveis. (MIGUEL, 2014, p. 140).

Porém, essas verificações de confiança, no caso do jornalismo, não são tão simples ou efetivas quanto em outras profissões. Ao entrar em um ônibus ou avião, por exemplo, e chegar ao destino pretendido

com segurança, a confiança do passageiro no motorista, no veículo e na empresa que o produz é reafirmada. No jornalismo, por sua vez, como afirma Miguel, há uma relativa incapacidade de comprovação.

Ainda que o autor reconheça que vivências pontuais podem levar ao questionamento dos critérios de seleção da imprensa, afirma que as pessoas “(...) não terão condição de questionar globalmente a seleção das notícias, já que o universo dos fatos dos quais tomam conhecimento independentemente da imprensa é muito restrito” (MIGUEL, 2014, p. 142). Apesar de ignorar parte do potencial dos relatos na rede, que atualmente podem chegar a atingir alcance igual ou superior aos textos jornalísticos, suas afirmações sobre a dificuldade da confirmação dos três momentos do jornalismo como “sistema perito” refletem diversas situações da mídia jornalística.

Ao mesmo tempo em que os grandes veículos jornalísticos têm a capacidade de influenciar os temas da agenda política, do debate público e seus enquadramentos, estão vulneráveis a inúmeras críticas em relação às suas escolhas, fácil e frequentemente questionadas. Não se pode confirmar completamente a “justeza na seleção e hierarquização dos elementos importantes”, nem a “justeza na seleção e hierarquização das notícias diante do estoque de ‘fatos’ disponíveis”, mas pode-se questioná-las. Ambas – discurso das mídias jornalísticas e suas críticas – não são passíveis de grandes confirmações. É justamente esse paradoxo – as mídias jornalísticas não podem ser facilmente comprovadas na totalidade das suas informações, mas podem ser facilmente questionadas, e por meios que também carecem de comprovação – que ajuda a ruir a confiança nos três momentos do jornalismo enquanto “sistema perito”.

As representações que a imprensa constrói de grupos e indivíduos, como de si própria, também são constantemente postas à prova e criticadas das mais diversas formas. Assim, não só a confiança e a dependência do público em relação a *experts* e instituições modernas está sendo realinhada e transformada, como as mudanças tecnológicas e a crise do modelo de imprensa atual indicam rupturas fundamentais com os antigos padrões de circulação e fornecimento da informação. “The de-industrialization of information and de-ritualization of audiences in contemporary digital media environments challenge not only what news is, but also what it can be” (BROERSMA, PETERS, 2016, p. 2).<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> “A desindustrialização da informação e desritualização do público nos ambientes de mídia digital contemporâneos desafiam não só o que é notícia, mas também o que ela pode ser.”

Broersma e Peters (2016) escrevem que, quando se trata de argumentar sobre o valor do jornalismo, pesquisadores, jornalistas e público olham para a retórica já familiar, as grandes teorias normativas e suas atualizações. Porém, na última década, estudos sobre jornalismo têm trabalhado com o reconhecimento de que a afinidade entre os valores retóricos e a capacidade do jornalismo de realizá-los está cada vez menor.

The obvious conclusion, but one that is hardly ever explicitly drawn given the persistence of the dominant rhetoric underlying the doxa of the field, might be that many of the theoretical frameworks in use no longer (completely) match the empirical studies into ‘new’ journalistic practice they aim to conceptualize. (BROERSMA; PETERS, 2016, p. 2).<sup>3</sup>

Como uma possível alternativa para esse cenário de incertezas, Broersma e Peters (2016) sugerem a adoção de uma “perspectiva funcional do jornalismo”, com foco na observação da prática para concluir o que o jornalismo de fato *faz* mais do que pensar sobre o que o jornalismo *é* ou *aspira ser*. Propõem pesquisar a partir, não das teorias normativas sobre o que o jornalismo deveria fazer, mas da observação de suas práticas, rituais, rotinas e hábitos.

Apesar de concordar com eles quando afirmam que há uma discrepância notável entre a retórica do jornalismo e o que ele consegue realizar e que ignorá-la parece pouco produtora, discordo do foco majoritariamente “funcional” adotado pelos autores. Olhar apenas para o campo prático de um cenário em dificuldades – observar o que o jornalismo atualmente *faz* para as pessoas – pode limitar o horizonte de possibilidades. Em um momento de incertezas e busca por novas práticas e conceitos, não precisamos olhar apenas para o que o jornalismo, em crise, consegue fazer, mas podemos olhar para novos

---

<sup>3</sup> A conclusão óbvia, mas que dificilmente é explicitada, dada a persistência da retórica dominante que estrutura a doxa no campo, pode ser que muito dos enquadramentos teóricos em uso não correspondem mais (completamente) aos estudos empíricos sobre as “novas” práticas jornalísticas que objetiva conceituar.

paradigmas teóricos e pensar o que o jornalismo *pode* fazer, evitando as ilusões retóricas e genéricas das grandes teorias normativas sem, no entanto, se prender às práticas precarizadas, incertas e, em grande parte, orientadas por empresas capitalistas.

Podemos mirar de forma mais ampla e encontrar diferentes possibilidades práticas e teóricas, dissensos, paradoxos, rupturas, e partir dessas percepções para pensar não apenas sobre o que o jornalismo faz atualmente – afinal, isso é exatamente o que está em crise – mas também sobre *o que* e *como pode* fazer. Partir das práticas diárias de um cenário em crise para moldar reflexões teóricas pode nos ajudar a evitar as já conhecidas abstrações generalistas e generosas sobre o jornalismo, mas se nos restringirmos a essa visão funcional corremos o risco de perder potencialidades e novas possibilidades de pensar exatamente como mudar o que o jornalismo faz hoje.

O momento confuso que o jornalismo, tanto como prática quanto como objeto do discurso científico, atravessa pode ser exatamente a condição necessária para a emergência de novos conceitos, teorias e práticas que renunciam ao paradigma vigente. Podemos estar em um momento de reconstituição da disciplina, no qual suas grandes teorias normativas constituem um paradigma em queda e não sabemos ainda exatamente como construir e quais podem ser as novas concepções. A prática jornalística não cansa de contradizer suas teorias e valores autoproclamados e negar as previsões baseadas no paradigma sob o qual aprendemos a pensá-las e analisá-las.

Os pesquisadores canadenses Charron e Bonville (2016) argumentam a favor de uma teoria que estude o jornalismo através de suas mudanças de paradigma ao longo da história, desconectada da noção de que a prática jornalística evolui de forma linear. Ela se modifica dentro de um modo específico e singular de conceber o jornalismo que varia conforme mudam o contexto social, histórico e as práticas internas ao campo.

Os pesquisadores identificam, na história do jornalismo norte-americano, quatro paradigmas distintos, na forma de tipos ideais weberianos – sem a pretensão de construir descrições passíveis de serem encontradas sozinhas e tais quais na realidade, sabe-se que o mundo transcende classificações, as mescla e modifica: 1) *jornalismo de transmissão*, no século XVII, quando os impressores divulgavam correspondências, anúncios e informações que recebiam; 2) *jornalismo de opinião*, no início do século XIX, quando em um contexto de

transformações políticas, econômicas e sociais, o jornalismo se coloca a serviço das lutas políticas, como lugar de expressão e combate; 3) *jornalismo de informação*, ao final do século XIX, quando a industrialização e a melhoria das condições de transporte tornam o jornalismo uma atividade de produção em massa e altamente lucrativa, sendo vantajoso abandonar um discurso mais claramente político e focar em conteúdos gerais, com maior chance de interessar e atingir um grande número de pessoas; 4) *jornalismo de comunicação*, que começa a dar os primeiros sinais a partir da década de 70, quando empresários de mídia e investidores, estimulados pela evolução técnica, liberalização dos mercados e, mais tarde, pela popularização da internet, favorecem uma multiplicidade de suportes midiáticos, serviços de informação e superabundância de oferta, com uma mídia mais especializada e menos centralizada.

Os diferentes paradigmas desenhados pelos autores levam em conta não apenas mudanças internas ao campo, mas um conjunto de transformações sociais, políticas, econômicas e tecnológicas, levando a alterações tanto nas práticas quanto no entendimento do que é o jornalismo. Quando mudanças importantes nas estruturas sociais alteram o grau de congruência entre o sistema de regras constituído pelo paradigma e o sistema de regras corrente no ambiente, surgem tensões que procuram ser resolvidas com a produção de novas regras e uma prática discursiva que esteja mais de acordo com as condições concretas do exercício da profissão.

Os autores assim definem um “paradigma jornalístico”:

Um sistema normativo criado por uma prática fundamentada no exemplo e na imitação, constituído de postulados, de esquemas de interpretação, de valores e de modelos exemplares com os quais se identificam e se referem os membros de uma comunidade jornalística em um dado âmbito espaço-temporal, que unem os integrantes à comunidade e servem para legitimar a prática (CHARRON; BONVILLE, 1996, p. 58 *apud* CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 58).

Os pesquisadores detalham melhor a definição ao explicar que, ao



dizer “normativo”, estão referindo-se não apenas a regras formais, mas, sobretudo, a regras tácitas, informais e levemente sancionadas. Por “sistema”, querem explicitar que há uma coerência interna e compatível entre si nesse conjunto de regras de caráter organizado e organizador. O paradigma jornalístico, portanto, existe empiricamente em duas dimensões: na dimensão cognitiva, como uma estrutura cultural dos jornalistas, e na dimensão discursiva, através de textos e técnicas produzidos e reproduzidos durante a atuação profissional. O discurso produzido pelo jornalismo é seu próprio modelo de discurso e explicita o paradigma corrente.

Charron e Bonville (2016) também distinguem dois tipos de paradigma relacionados ao jornalismo: o *paradigma abstrato*, do jornalismo como um conceito teórico e fora do espaço-tempo no qual se insere a prática diária, e o *paradigma concreto*, que aparece, se produz e reproduz na realidade empírica, nos discursos produzidos pelos jornalistas e suas características. Nesse trabalho, concentrei-me principalmente na análise e discussão do paradigma abstrato, voltado para o jornalismo enquanto conceito e concepção, sem, no entanto, desconsiderar o envolvimento direto e essencial dessa dimensão conceitual com as práticas diárias e suas possibilidades.

Um paradigma, portanto, para os autores, é caracterizado não pela predominância de algum fator externo, por exemplo, as considerações comerciais no século XX, mas pela maneira como essas considerações influenciam o discurso e a prática jornalística.

[...] um período de crise paradigmática se caracteriza, no plano teórico, por um elevado nível de não-congruência entre as diferentes categorias de objetivos e de regras, não-congruência consecutiva a uma reconfiguração das regras de funcionamento da organização em resposta a mudanças profundas e, a longo prazo, de seu próprio meio – econômico, político, social. No plano empírico, a crise se manifesta pelo aparecimento, na consciência discursiva [...], de uma forte tensão cognitiva envolvendo elementos do paradigma considerados importantes, até mesmo essenciais. (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 114).

A “crise do jornalismo”, portanto, pode ser uma “crise de paradigma”, não só de seus paradigmas, mas que vem acompanhada de outros questionamentos e rupturas nas sociedades contemporâneas. O contexto de mudança no jornalismo pode estar alinhado aos questionamentos e rupturas sobre as formas de conhecer e produzir conhecimento e também às críticas e impossibilidades das instituições e práticas democráticas. A crença na mídia entra em declínio em conjunto com a crença nas promessas democráticas e da modernidade.

[...] assiste-se [...] à progressiva emergência de uma “ontologia prática” (Jensen, 2004) dentro da qual o conhecer não é mais um modo de *representar* o desconhecido, mas de *interagir* com ele, isto é, um modo de criar antes que um modo de contemplar, de refletir ou de comunicar (D. & G, 1991). A tarefa do conhecimento deixa de ser a de unificar o diverso sob a representação, passando a ser a de “*multiplicar o número de agências que povoam o mundo*” (Latour, 1996a). (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 111-112).

Compreendo que pensar *sobre* e *em* um contexto de incerteza é bastante complexo, e que pensar o momento atual dos estudos sobre jornalismo e suas práticas como uma “crise de paradigma” é ambicioso e difícil, mas acredito no exercício da reflexão e na interdisciplinaridade para formular problemas e possíveis respostas para a análise do jornalismo como uma prática mais ampla, plural e diretamente relacionada ao campo político. Acredito que o momento que o jornalismo atravessa e o espaço acadêmico podem ser um bom cenário para buscar dissipar limites e restrições. “Será realmente surpreendente que o preço de um avanço científico seja um compromisso que corre o risco de estar errado?” (KUHN, 2009, p. 135).

Parece frutífero encarar o jornalismo como uma prática e um objeto de estudo dinâmico, em acordo com o que dizem Deuze e Witschge (2017), observando a instabilidade permanente nos veículos de comunicação e a forma como as pessoas realizam “atos de jornalismo” (Stearns, 2013 *apud* Deuze; Witschge, 2017) – utilizar técnicas identificadas como jornalísticas e assumir responsabilidade

pelas consequências do que foi publicado – fora dos meios oficiais. Em acordo com Deuze e Witschge (2017), pretendo auxiliar a pensar o que jornalismo tem se tornado e *pode se tornar*, mais do que o que ele é, rejeitando definições estritas sobre o que *deve ser* o jornalismo e radicalizando o que *pode ser* o jornalismo. Quem sabe, pensar uma linha de fuga que desfaça omissões, promessas vagas e dualismos e possa, ao ampliar as noções de jornalismo, limitar suas promessas.

O desafio para os estudos em jornalismo é compreender a ontologia do “tornar-se” no contexto de uma ideologia do “ser”: entendendo que o jornalismo não é algo que “é”, mas, sim, algo que “se torna”, “que vem a ser”, “que está se tornando” [...] (DEUZE; WITSCHGE, 2016, p.13).



## 2 REPENSANDO O JORNALISMO COM UM VIÉS AGONISTA

Pretendo, neste capítulo, relacionar os discursos sobre o jornalismo e sua incongruência prática com o pensamento de alguns dos teóricos de viés agonista. Ao fazer essas relações e aproximar o esquema interpretativo agonista do pensamento sobre o jornalismo, procuro compreender algumas das consequências de esvaziar o jornalismo do seu elemento político e, ao mesmo tempo, aproximá-lo da valorização do conflito, da parcialidade e do político. Procuro pensar o jornalismo em acordo com os ideais pluralistas e utilizo de autores com viés agonista para construir novas relações e fazer a crítica às noções de verdade – seja ela moral ou factual –, imparcialidade, neutralidade e objetividade no jornalismo. Pretendo fugir de soluções e respostas rápidas para a questão e pensar a teoria e o discurso jornalístico questionando os valores básicos da profissão, com e contra os autores agonistas.

O agonismo constitui um entendimento de democracia cuja centralidade está na noção de conflito e no reconhecimento das disputas e relações de poder que estruturam o espaço social. “(...) a ideia de antagonismo pressupõe a incapacidade da completude identitária, sempre marcada pela constante luta por posições e recursos de poder e de reconhecimento” (MENDONÇA, 2010, p. 491). Em concordância com Mendonça, para o pluralismo agonístico, encabeçado por Mouffe, o objetivo da política democrática não é eliminar as paixões, os interesses e a parcialidade – ou seja, o político – da esfera pública em prol de consenso ou estabilidade. A tarefa de uma democracia plural seria a de construir canais que possam mobilizar e dar existência a essas paixões e interesses, garantindo a possibilidade de reconhecimento de si e do conflito, que é constante e inevitável.

To affirm the perpetuity of contest is not to celebrate a world without points of stabilization; it is to affirm the reality of perpetual contest, even within an ordered setting, and to identify the affirmative dimensions of contestation. It is to see that the always imperfect closure of political space tends to engender remainders and that, if those remainders are not engaged, they may return to haunt and destabilize the very closures that

deny their existence. It is to treat rights and law as a part of political contest rather than as the instruments of its closure. It is to see that attempts to shut down the agon perpetually fail, that the best (or worst) they do is to displace politics onto other sites and topics, where the struggle of identity and difference, resistance and closure, is then repeated (HONIG, 1993, p. 15).<sup>4</sup>

Entre os teóricos agonísticos da democracia destacam-se Chantal Mouffe, Bonnie Honig e William Connolly, que se inspiram com frequência em Arendt, Nietzsche e Foucault. Seu principal projeto, como avalia Siemens (2013), é teorizar uma política de luta que legitime formas de oposição ao poder estabelecido nas democracias ao recuperar o sentido de democracia como uma incessante contestação.

De acordo com Siemens (2013), os escritos que se identificam com o agonismo e a chamada democracia radical emergiram principalmente nos anos 90, a partir de insatisfações com a teoria democrática. A corrente agonista parte do pressuposto de que o conflito, a luta, a contestação, são não apenas inerradicáveis, como desejáveis para uma democracia. Eles são características de um pluralismo genuíno e parte inevitável das relações de poder que constituem as identidades, relações e ordenações sociais.

Chantal Mouffe (2005), uma das principais teóricas agonistas, escreve que conflitos não devem ser encarados como distúrbios que, infelizmente, não podem ser eliminados, algo como impedimentos práticos para alcançar a pura realização da harmonia social, mas sim como sinais de que a democracia pluralista funciona bem, uma vez que soluções finais para disputas políticas não são um horizonte factível para as democracias, pelo contrário, as colocam em risco.

---

<sup>4</sup> Afirmar a perpetuidade da disputa não é celebrar um mundo sem pontos de estabilização; é afirmar a realidade da disputa constante, mesmo dentro de uma ordem, e identificar as dimensões afirmativas da contestação. É ver que a delimitação, sempre imperfeita, do espaço político tende a produzir excluídos e que, se esses excluídos não forem envolvidos, podem voltar para assombrar e desestabilizar as próprias delimitações que negam a sua existência. É tratar os direitos e as leis como parte da disputa política mais que como instrumentos de sua delimitação. É ver que as tentativas de eliminar o *agon* sempre falham, que o melhor (ou pior) que elas fazem é deslocar a política para outros espaços e assuntos, nos quais o conflito de identidade e diferença, resistência e delimitação, é, então repetido.

We have to accept that every consensus exists as a temporary result of a provisional hegemony, as a stabilization of power, and that it always entails some form of exclusion. The idea that power could be dissolved through a rational debate and that legitimacy could be based on pure rationality are illusions, which can endanger democratic institutions (MOUFFE, 2000, p. 17).<sup>5</sup>

O alvo principal da vertente agonista são as teorias deliberativas, cujos representantes mais citados são Rawls e Habermas, que argumentam a favor de um consenso, em última instância, racional e que inclua a todos. Para os teóricos agonistas, não há possibilidade de estabelecer regras do jogo neutras que possam resolver os conflitos políticos e desafios das democracias. Toda ordem é, em si, construída, excludente e política e, também por isso, pode ser questionada e modificada.

Por eso, la lucha no es sólo entre discursos, sino también por establecer las condiciones que hacen que un discurso sea legítimo, es decir, por fijar la frontera de inclusión/exclusión del discurso. El discurso no es simplemente el notario de las luchas y la dominación, sino que es el objeto de la lucha, el poder del que uno quiere adueñarse. No es un medio a través del cual todos se comunican, sino un fin porque mediante él se deciden exclusiones (FRANZÉ et al., 2014, p. 69).<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Temos que aceitar que todo consenso existe como um resultado temporário de uma hegemonia transitória, como uma estabilização do poder, e que ele sempre implica alguma forma de exclusão. A ideia de que o poder pode ser dissolvido através de um debate racional e que a legitimidade poderia ser baseada na racionalidade pura são ilusões que podem ameaçar as instituições democráticas.

<sup>6</sup> Por isso, a luta não é só entre discursos, mas também para estabelecer as condições que fazem com que um discurso seja legítimo, ou seja, para definir a fronteira de inclusão/exclusão do discurso. O discurso não é simplesmente o notário das lutas e da dominação, mas também o objeto da luta, o poder que se quer. Não é um meio através do qual todos se comunicam, mas um fim, porque é mediante ele que se decidem as exclusões.

De acordo com a síntese de Franzé et al. (2014), para a corrente agonista, não há ponto de vista privilegiado, acima das perspectivas e que possa alcançar uma racionalidade que não provenha de uma ordem histórica, politicamente construída e contingente. Não só o espaço social é tomado como um espaço multipolar, no qual diversos pontos de vista disputam a hegemonia e protagonizam lutas políticas, como o ser humano é visto como um complexo com diversas multiplicidades.

Para los autores del modelo agonista, la acción humana es un complejo de afectividad, ‘racionalidad’, ‘irracionalidad’, voluntad, imaginación, inconsciente, fe y lógicas sociales, irreductible a una de sus partes o a la contradicción entre algunas de ellas (FRANZÉ et al., 2014, p. 78).<sup>7</sup>

## 2.1 HANNAH ARENDT, AGONISMO E JORNALISMO

Hannah Arendt nunca se identificou como agonista, nem cita o termo agonismo, mas é interpretada como uma teórica influente nesse viés por diversos estudiosos, ainda que este seja um dos pontos de maior discordância entre eles (Zilio, 2014). De acordo com Zilio (2014), a partir da década de 90, vários intérpretes passaram a reconhecer uma dimensão agonística e a influência de Nietzsche e Heidegger nos escritos de Arendt. Ela aponta que foi, principalmente, após a publicação de *Political Theory and the Displacement of Politics*, de Bonnie Honig, e *Arendt and Heidegger: the fate of the political*, de Dana Villa, que o agonismo de Arendt ganhou maior proeminência no debate contemporâneo da teoria política. Ainda que com divergências, alguns pontos que aproximam Arendt de Nietzsche e do viés agonista são a centralidade conferida à pluralidade humana, à contingência, ao dissenso e às opiniões (Zilio, 2014). De acordo com as leituras do viés agonístico de Arendt (COSTA; ZILIO, 2013; HONIG, 1993) a autora associa essencialmente a política como uma atividade agonística que só existe a partir da pluralidade, materializada através do debate e embate

---

<sup>7</sup> Para os autores do modelo agonista, a ação humana é um complexo de afetividade, “racionalidade”, “irracionalidade”, vontade, imaginação, inconsciente, fé e lógicas sociais, irreduzíveis a uma de suas partes ou à contradição entre algumas delas.



de ideias e opiniões.

Bonnie Honig, inspirada principalmente por Arendt e Nietzsche, divide sua concepção de política em duas vertentes: a *virtue*, focada no consenso e no estabelecimento de pilares racionais e isentos, como as encontradas em Kant e Rawls; e *virtú*, tradição na qual a autora se localiza, que afirma a perpetuidade do conflito, do engajamento, da importância do dissenso que mantém as ideias abertas a discussão e questionamento, como ela reconhece em Maquiavel, Nietzsche e Arendt. Honig (1993) destaca que a concepção humana de Arendt é a de um indivíduo agonisticamente engajado e que nunca consegue expressar sua identidade e subjetividades por inteiro, sem faltas ou arestas. Essa perpétua constituição da identidade, para Arendt, é a possibilidade de geração de novas alternativas políticas.

Arendt centra sua teoria na importância da pluralidade, essencial para a política e para a construção e percepção da realidade do mundo, que só pode ser garantida pela presença de outros, “pois chamamos de Existência aquilo que aparece a todos” (ARENDR, 1987, p. 211). Para ela, o mundo só vem a existir nas perspectivas compartilhadas. Zilio (2014) interpreta que, portanto, a revelação desse mundo comum se concretiza através do agonismo, do jogo de perspectivas entre diversos pontos de vista na esfera pública. Ela entende o conflito arendtiano como uma disputa entre perspectivas, limitada às questões públicas e mediada por práticas, leis e instituições. Como a performance política é essencial para Arendt, como ação política em si, Zilio afirma que essa interação agonística na esfera pública é, para a teórica alemã, não um meio para atingir o consenso, mas a condição para a atualização e manutenção da condição humana da pluralidade no mundo.

Quando olha para a Grécia trágica, Arendt não busca nem o ideal de harmonia e abnegação, nem a noção de agonismo como conflito destrutivo. O *agon* foi entendido por Arendt como uma forma de medida que diz respeito ao esforço dos indivíduos por distinguir-se dos demais, exibir o seu “si mesmo” e tentar alcançar a imortalidade. O *agon* deve ser entendido, por uma parte, como um modo de viver não utilitário que degenera quando colocado a serviço da autoconservação ou da mera segurança e, por outra, como uma medida para justificar a condição humana de pluralidade,

fragilidade e mortalidade, sem recorrer a nenhum absoluto (como no mundo pré-platônico e pré-monoteísta dos gregos) e sem sufocar a individualidade, a pluralidade e a liberdade (ZILIO, 2014, p. 72).

Zilio constata que os intérpretes favoráveis ao viés agonístico da obra de Arendt exaltam

(1) a sua crítica à introdução, na esfera política, de categorias normativas, morais ou religiosas, entendidas de modo absoluto e criadas fora da política; (2) a sua defesa de uma concepção de política competitiva (centrada no debate e na confrontação de opiniões), que não reduz a política à *administração* e nem a ação política ao *comportamento* e (3) o seu entendimento do caráter incessante e aberto do debate como *a* condição que define a vida política (ZILIO, 2014, p. 22, grifos da autora).

Como uma teórica que valoriza e procura resgatar o valor da política em si, é crítica da tradição moderna e aponta o caráter antipolítico da verdade, podemos encontrar em muitos dos pensamentos de Arendt bases para aproximar a prática jornalística da política – a ação arendtiana – e refletir criticamente sobre os pilares normativos do jornalismo – verdade, neutralidade, imparcialidade – a partir de um viés que coloca a política, o discurso e a pluralidade como centrais para a vida em sociedade. Para Honig (1993), a concepção de Arendt sobre política, leis e instituições, como a de Nietzsche, pretende distanciar a ideia de que esses são espaços fechados, dominados por um conceito ou ideia principal, seja uma verdade, uma essência ou um valor.

A “ação” é a atividade humana essencialmente política para Arendt, envolve o debate, a performance, a persuasão, a possibilidade do novo, a expressão individual e o caráter incontrolável e imprevisível da vida humana. Para a autora (1987), através da palavra e do ato nos inserimos no mundo e completamos como que um “segundo

nascimento”, pois confirmamos o fato do nosso “aparecimento físico”. Em toda a ação revela-se “quem se é”, mais do que “o que se é” ou “o que se faz”. A ação corresponde à condição humana da pluralidade, que é a própria condição da realidade e da política.

Na leitura de Honig (1993), a ação e a performatividade de Arendt são, estritamente falando, atos de escrita mais do que de fala. Honig toma a escrita como a expressão mais perfeita da ação arendtiana e compara as características da linguagem definidas por Derrida (1972) com as da ação de Arendt.

“One writes in order to communicate to those who are absent. The absence of the sender, of the receiver, from the mark that he abandons, and which cuts itself off from him and continues to produce effects independently of his presence and of the present actually of his intentions, indeed even after his death, his absence... belongs to the structure of all writing - and... of all language in general.” Here, in this short passage, we have all the characteristic features of Arendt’s account of action, gathered together under the heading of “absence”: orphaned by its author, exceeding his authorizations, action is context defiant (“a written sign carries with it a force that breaks with its context”), resistant to intentionalist interpretation and control, boundless in its possible effects [...]. What Derrida says of language or writing in general holds well for Arendt’s account of political action, her characterization of it as speech action [...] the features of both can be better seen through the lens of writing than speech because speech fosters the misleading illusion of presence. Writing, by contrast, illustrates the “force of rupture” that both Derrida and Arendt characterize as an “event.” But writing also fosters an illusion, that of permanence (HONIG, 1993, p. 95).<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> “Escreve-se para se comunicar com aqueles que estão ausentes. A ausência do transmissor, do receptor, do marco que ele abandona, que se exclui dele e continua a produzir efeitos independentemente de sua presença e de suas intenções, de fato mesmo depois de sua morte, sua ausência... pertence à estrutura de toda a escrita - e... de toda linguagem em geral.” Aqui,

Honig (1993) nos instiga a pensar: e se tratarmos a noção arendtiana de esfera pública não como um lugar específico, como o *agon*, mas como uma metáfora para diversos espaços, física e conceitualmente falando, que podem gerar ações? Ação arendtiana tomada como na interpretação de Honig, como um evento, uma ruptura na ordem comum, um ato de resistência ao estabelecido, de originalidade e expressão de si. Pensando assim, responde a própria Honig (1993), podemos ampliar a ação política para abarcar não só o que acontece em espaços identificados com a “esfera pública”, não apenas ao questionamento das verdades, tecnologia, capital e trabalho, mas também aos atos que desafiam a norma e práticas estabilizadas, reguladas e reguladoras em qualquer esfera. Honig leva a ação para questões de identidade, gênero, raça e etnia. Ela alarga a concepção de ação política, que sai da quase geográfica “esfera pública” de Arendt e se expande para qualquer ação que contenha um ato disruptivo, seja em assuntos tidos como “esfera pública”, seja na esfera privada, despolitizada por Arendt.

Honig (1993) argumenta que é o caso de pensar que nada é, necessária ou naturalmente não político, o que não significa dizer que tudo é político, mas que nada é essencialmente protegido de *tornar-se* político. Dessa forma, a autora critica a divisão entre público e privado de Arendt – e, por consequência, a divisão do que é e do que não é político – como um impulso antipolítico, embora tenha sido formulado como uma preocupação em preservar a força do político. A divisão entre esfera pública e privada e tantas outras não questionadas por Arendt passam, com Honig, a serem também vistas como o resultado de disputas políticas, sempre temporárias e cheias de incertezas.

At issue here is the location and construal of political space. Perhaps unduly influenced by her

---

nessa curta passagem, temos todos os traços característicos do conceito de ação de Arendt, reunidos sob o título de “ausência”: abandonado por seu autor, excedendo suas autorizações, a ação desafia o contexto (“um sinal escrito carrega consigo uma força que rompe com seu contexto”), resiste à interpretação e controle intencionais, ilimitado quanto aos efeitos possíveis [...]. O que Derrida diz sobre a linguagem ou escrita em geral cabe bem no conceito de ação política de Arendt, sua caracterização como ação discursiva [...] os traços de ambos podem ser melhor percebidos através da lente da escrita do que da fala, porque a fala promove a ilusão enganadora da presença. A escrita, por outro lado, ilustra a “força de ruptura” que tanto Derrida quanto Arendt caracterizam como um “evento”. Mas a escrita também promove uma ilusão, a da permanência.

own reading of ancient Greek political thought, Arendt sometimes seems to assume that political space has to be an empty site, situated in a stable space, an *agon* or an *agora*, rather than an unstable fissure in an otherwise highly ordered and settled practice or identity. As a result, Arendtian action runs the risk of starting from nowhere and encountering or engaging nothing at all and her characterizations of action as disruption, resistance, augmentation, and amendment seem to lose their force (HONIG, 1993, p. 123).<sup>9</sup>

Uma vez que encaramos o desafio proposto por Honig (1993), podemos pensar a atividade jornalística em seu caráter político, tanto de discurso persuasivo como, em possibilidade, de discurso subversivo. Ao considerar o jornalismo como produtor e reproduzidor de argumentos e realidades largamente disseminado na forma escrita, podemos ampliar o espaço possível da ação arendtiana e estabelecer relações entre jornalismo e ação. Tanto o próprio “fazer jornalístico” se inclui como um exemplo de ação – cria, delimita, seleciona e insere discursos no debate público – quanto ele próprio utiliza-se das ações humanas como matéria de seus discursos.

Em Arendt (1987), a ação, como atividade essencialmente política e imprevisível, não é o espaço para a busca de uma verdade una, alheia às perspectivas e ao mundo humano. A autora argumenta contra o “império da verdade” e destaca que a crença em uma verdade absoluta, imparcial, que pode ser alcançada através da filosofia ou da razão, tem potencial tirânico e antipolítico. Portanto, a crença em uma verdade a ser “descoberta” pelo jornalista, uma realidade alheia às perspectivas humanas, ou na neutralidade e capacidade desse profissional para abrir os mais variados e quantos possíveis portões de crenças, vozes e fatos (um *gatekeeper* que apenas abre portões como se não se envolvesse em decisões como quais portões abrir, quando e como) – em paralelo com a

---

<sup>9</sup> Em questão aqui está o local e a definição do espaço político. Talvez, excessivamente influenciada por sua própria leitura do pensamento político da Grécia antiga, Arendt às vezes parece assumir que o espaço político precisa ser um local vazio, situado em um lugar estável, um *agon* ou *agora*, ao invés de uma fenda instável em identidades ou práticas fortemente ordenadas e estabelecidas. Como resultado, a ação arendtiana corre o risco de partir de lugar nenhum e encontrar ou engajar o nada e suas caracterizações de ação como ruptura, resistência, reforço e alteração parecem perder força.

busca do filósofo pela verdade, tradição criticada por Arendt – também demonstra ter caráter antipolítico e autoritário.

A filosofia metafísica havia desqualificado o mundo das opiniões como mundo da aparência, plural e em devir, em oposição ao mundo verdadeiro, da unidade e do Ser. O mundo verdadeiro era o *fundamento* absoluto. Conhecê-lo era possuir um “conhecimento verdadeiro”, em posição superior às opiniões dos simples cidadãos. Entretanto, de acordo com a narrativa nietzschiana (e da leitura do professor de Arendt, Heidegger), se a vontade de verdade avança, derrubando mito após mito, ela, por fim, volta-se à análise das próprias condições de produção do conhecimento e, *em nome da verdade*, por honestidade intelectual, conclui que não há verdade absoluta, quer dizer, nenhum acesso transparente e incondicionado à “coisa em si”, ao “mundo verdadeiro”. Consequentemente, sobretudo no domínio dos assuntos humanos, revela-se, para nosso desconforto, segundo Arendt, que o “absoluto, aquilo que está ‘acima’ dos sentidos — o verdadeiro, o bom, o belo —, não é apreensível, porque ninguém sabe concretamente o que ele é” (ARENDR, PP, p. 43). Com essa conclusão, a separação metafísica tradicional entre essência e aparência é abolida e as opiniões, as perspectivas, são reabilitadas (ZILIO, 2014, p. 29-30).

Foi com Platão que a ideia de uma Verdade incondicionada, imparcial e absoluta, para além da opinião e da perspectiva, passou a se solidificar (ZILIO, 2014). Para Arendt, essa vontade de verdade platônica condena a própria política e a vida, pois Platão buscava revelar uma verdade que está para além das aparências e da *doxa* e que, portanto, não abarca a pluralidade e a relatividade próprias da vida humana e da política (ZILIO, 2014).

Os modos de pensamento e de comunicação que

tratam com a verdade, quando vistos da perspectiva política, são necessariamente tiranizantes; eles não levam em conta as opiniões das demais pessoas, e tomá-las em consideração é característico do todo pensamento estritamente político (ARENDDT, 2014, p. 299).

Zilio (2014) escreve que, para Arendt, a primazia de uma verdade racional sobre as opiniões destrói a política, pois elimina a possibilidade de um debate genuíno ao marginalizar a opinião, impõe um acordo universal, ignora a diversidade de perspectivas e desconsidera o dissenso em nome de uma racionalidade imparcial.

Todas as verdades – não somente as várias espécies de verdade racional, mas também a verdade fatural – são opostas à opinião em seu modo de *asseverar a validade*. A verdade carrega dentro de si mesma um elemento de coerção [...]. Asserções como “Os três ângulos de um triângulo são iguais aos dois ângulos de um quadrado”, “A terra move-se em torno do sol”, “É melhor sofrer o mal do que praticar o mal”, “Em agosto de 1919 a Alemanha invadiu a Bélgica”, diferem muito na maneira como se chegou a elas, porém, uma vez percebidas como verdadeiras e declaradas como tal, elas possuem em comum o fato de estarem além de acordo, disputa, opinião ou consentimento. [...] a persuasão ou dissuasão é inútil, pois o conteúdo da asserção não é de natureza persuasiva, mas sim coerciva (ARENDDT, 2014, p. 297, grifos da autora).

Na interpretação de Zilio (2014), Arendt celebrava o fato de que mesmo as verdades racionais, religiosas ou morais, quando adentram na esfera pública, são transformadas em opiniões, uma vez que, nesse momento, passam a estar sujeitas à contestação e reformulação. O mesmo não se aplica à “verdade fatural”, que Arendt defende, apesar de todas as ressalvas e críticas à tirania das verdades outras. Parece não haver grandes problemas no fato de a verdade fatural ser também

coercitiva, nem na constatação de que variados discursos – o jornalístico, o científico – utilizam-se da ideia de “verdade fatural”, incontestável, pois trata meramente de fatos declarados e passíveis de comprovação, para reforçar sua validade como coerção e imposição para além de disputa e questionamento. O “bom jornalismo” está além da opinião; seu discurso, além de disputa, pois enuncia apenas “verdades fatuais” e não é o lugar do incerto, da parcialidade, da perspectiva.

Quando aproximamos o discurso jornalístico da concepção de “ação” em Arendt, transpomos essa reflexão para o extremo oposto: o discurso jornalístico é, como toda a ação, essencialmente político, persuasivo, lugar de disputa, parcialidade e perspectiva. Como ação, não busca a verdade como fim, mas tem no discurso e no fazer político, na participação e construção de espaços de dissenso e pluralidade, seu próprio fim.

Ao revestir-se de verdade fatural, o jornalismo afasta-se da política como forma de afirmar a legitimidade de seu discurso. Vender “a verdade dos fatos”, com imparcialidade e objetividade, é uma forma de ser parte das lutas políticas e, ao mesmo tempo, negar fazê-lo. A estratégia de hegemonia discursiva é exatamente a negação da própria política – o jornalismo “vende fatos” e, ou paira acima das perspectivas, ou discursa de um ponto que consegue ver, compreender e abarcar todas elas.

Aqui, não é o filósofo capaz de alcançar uma “verdade racional” que advoga sua superioridade, ou a superioridade de seus valores, mas o jornalista que se utiliza da “verdade fatural” para advogar capacidades ilusórias de divulgar verdades e fatos crus, encontrados prontos na “realidade” e recolhidos para simples publicização. Da mesma forma que a verdade racional produz a tirania da técnica na tradição platônica, a dita verdade fatural, sempre mais complexa do que a enunciação de fatos puros e simples, produz a tirania e a ilusão da técnica jornalística, despolitizando a atividade e dotando seus profissionais de superpoderes que lhes permitem anular suas perspectivas, não “contaminar” suas versões de verdade com algo para além de fatos e lhes tornam indivíduos completamente cientes de todas as dimensões envolvidas nas próprias escolhas e ações e nas escolhas e ações do outro representado.

Guardadas as devidas proporções e contextos, é uma reprodução da tirania antipolítica da verdade racional, calcando-se na afirmação de divulgar verdades que nunca são, nem podem ser, apenas o que se diz delas – fatos puros e simples, como se tudo no jornalismo fosse mera



junção de afirmações facilmente comprováveis, um acúmulo infinito de dados ou informações simples e inquestionáveis.

Arendt entende que o temor (e seus correlatos, o ressentimento da condição humana, o medo dos perigos da ação, da pluralidade, da política, da contingência, em suma, da liberdade) leva a uma substituição da ação pela *fabricação*. Assim, a disputa agonística entre perspectivas, o debate, a essência da vida política é substituído pela uniformidade da ordem e pelo *comportamento* meramente adaptativo em conformidade com a *administração*. [...] Apesar de todos os riscos da ação (imprevisibilidade, irreversibilidade do processo e dos resultados) resultarem da condição humana da pluralidade, é ela própria, ou seja, o fato de que existam *os homens* e não o Homem na Terra, a condição *sine qua non* da política. Consequentemente, as tentativas de eliminar a pluralidade ou multiplicidade da vida política, segundo a politóloga alemã, resultam na “supressão do próprio domínio público”, no “domínio arbitrário de todos os outros” ou na “troca do mundo real por um mundo imaginário no qual esses outros simplesmente não existiriam” (ARENDR, CH, p. 275, p. 292 *apud* ZILIO, 2014, p. 36).

Ao negar a parcialidade da própria perspectiva e a impossibilidade de retratar nenhuma, ou todas, ou mesmo várias perspectivas, o discurso jornalístico retira de si a política, sua dimensão de “ação”. Portanto, ao esconder-se na defesa da verdade fatural, tanto o discurso das empresas jornalísticas sobre si próprias, quanto o discurso acadêmico nos estudos sobre jornalismo, faz exatamente essa substituição criticada por Arendt. A ação vira fabricação, a atividade jornalística é instrumentalizada, esvaziada de intencionalidades e protegida dos riscos inerentes à ação – negação da verdade, contingência, parcialidade, imprevisibilidade, aceitação da pluralidade. O discurso e as práticas jornalísticas são esvaziados de política em prol de uma ordem subjacente, de uma unificação artificial – em uma

reportagem cabe “tudo o que importa” sobre determinado tema, todos os pontos de vista que circundam o assunto estão, honestamente, ali transpostos e representados.

O jornalismo ajuda a reduzir a pluralidade e multiplicidade de pontos de vista no espaço público ao insistir que sua prática corresponde, ou pode corresponder, a esses ideais, mesmo com a crítica cada vez mais frequente de público e estudiosos (STEEL, 2017); ao insistir na possibilidade de uma imprensa neutra ao invés de assumir-se parcial; ao insistir nas “verdades fatuais” e, por consequência, inocentes, ao invés de afirmar-se político; ao insistir que um mesmo veículo informativo abarca a pluralidade do real em todas as suas peças jornalísticas; ao insistir que o que o jornalismo produz e torna público é tudo o que é relevante, e não o resultado de disputas por visibilidade e hegemonia; ao insistir que o jornalismo fala meramente da realidade, do mundo comum a todos, e não que se estrutura, produz e reproduz a partir de, e em conformação com, uma hegemonia e paradigmas dominantes, que poderiam ser outros, o jornalismo constrói exatamente esse “mundo imaginário” no qual os seus Outros não existem.

Portanto, o jornalismo segue a lógica da tradição platônica da técnica e da Verdade – criticada por Arendt –, utilizando-se justamente das noções de “verdade fatural” – elogiada por Arendt – e um tipo ideal de imparcialidade possível, análoga à “imparcialidade homérica”, ambas simplificadoras e improváveis, ambas formas de reprodução do exato discurso que Arendt condena.

Arendt argumenta que a verdade fatural, ao contrário de outras verdades, é “política por natureza” porque “existe apenas na medida em que se fala sobre ela” (ARENDDT, 2014, p. 295), envolve relação com outras pessoas e depende de comprovação. Essa parece uma solução um pouco frágil para salvar a “verdade fatural” e escapar à contradição de ser ela uma verdade, portanto, antipolítica, e, no entanto, constituir e produzir discursos políticos. Ora, as outras verdades também existem apenas ao serem discutidas e expostas, também envolvem relações com outras pessoas, pensamentos, vínculos e experiências sociais e se legitimam através da comprovação, seja com testemunhos e opiniões, seja pela comprovação lógica.

A autora faz uma manobra retórica para defender sua verdade fatural: há um caráter coercitivo, antipolítico e tirânico nos regimes de verdade e discursos que se querem verdadeiros; a verdade fatural, como as outras verdades, tem caráter coercitivo, almeja estar acima de

opiniões e disputas; no entanto, produzir o discurso sobre os fatos do mundo é uma atividade essencialmente política; portanto, a verdade fatural não é, como todas as outras, antipolítica, ainda que seja coercitiva.

Parto, porém, de Arendt para ir contra Arendt, chegando à conclusão oposta: há um caráter coercitivo, portanto, antipolítico, em todos os regimes e discursos que se querem verdadeiros, incluso aqui a verdade fatural; no entanto, produzir o discurso sobre os fatos do mundo é uma atividade essencialmente política; temos aqui a contradição que Arendt nega: uma atividade tida como essencialmente política – discursar sobre os fatos – almeja, ou ao menos afirma almejar, um fim tido como essencialmente antipolítico – uma verdade coercitiva, a verdade fatural, tão antipolítica como qualquer outra.

Portanto, sendo o jornalismo uma prática política, parece contraproducente ou desonesto que busque, ou afirme buscar, fins antipolíticos – um regime de verdade e imparcialidade. Quando o jornalismo afirma ser capaz de encontrar e relatar verdades imparciais, se despolitiza, nega o caráter tirânico da verdade, o caráter artificial, contingente e parcial do seu discurso e mina a pluralidade, condição da política e da realidade para Arendt. Os fatos partilham do *status* de estarem “além de acordo e consentimento” (ARENDDT, 2014, p. 298). Ao atrelar-se à atividade de divulgar fatos, o jornalismo pretende alçar seu discurso a um patamar que também esteja “além de acordo e consentimento”, afinal, lida com o inquestionável. É uma postura antipolítica com todas as consequências que tal postura acarreta: redução da pluralidade, produção artificial de um mundo com mais consensos, menos dissensos e uma proteção às críticas e tentativa de legitimar-se social e financeiramente.

Além disso, o fazer jornalístico envolve muito mais que o mero relato das verdades tidas como fatuais e, portanto, não podemos limitar a discussão a esse ponto. A própria separação entre o que é e o que deixa de ser “verdade fatural” é muito mais complexa na prática do jornalismo nas sociedades contemporâneas que na discussão filosófica sobre esse limite. Arendt se questiona sobre se essa é uma separação possível, mas sua reflexão é rápida e não resolve o problema.

Mas os fatos realmente existem, independentes de opinião e interpretação? Não demonstraram gerações de historiadores e filósofos da história a impossibilidade da determinação de fatos sem

interpretação, visto ser mister colhê-los de um caos de puros acontecimentos (e decerto os princípios de escolha não são dados fatuais) e depois adequá-los a uma estória que só pode ser narrada em uma certa perspectiva, que nada tem a ver com a ocorrência original? Sem dúvida, esta e muitas outras perplexidades inerentes às Ciências Históricas são reais, mas não constituem argumento contra a existência da matéria fatural, e tampouco podem servir como uma justificação para apagar as linhas divisórias entre fato, opinião e interpretação, ou como uma desculpa para o historiador manipular os fatos a seu bel-prazer. Mesmo que admitamos que cada geração tem o direito de escrever sua própria história, não admitimos mais nada além de ter ela o direito de rearranjar os fatos de acordo com sua própria perspectiva; não admitimos o direito de tocar na própria matéria fatural (ARENDDT, 2014, p. 296).

Oras, “rearranjar os fatos de acordo com sua própria perspectiva” já não é borrar as linhas divisórias entre fato, opinião e interpretação? Essas fronteiras são mesmo tão rígidas e, caso sejam, não podemos questioná-las?

Afirmar desconfiança em relação aos discursos que se proclamam como porta-vozes da verdade fatural não é o mesmo que dizer que fatos podem ser inventados ao bel-prazer do jornalista, que podem ser completamente recriados sem que apareçam fissuras, questionamentos por parte de outras pessoas, incongruências perceptíveis. Não se trata de isentar o jornalismo de responsabilidade, de entrar em um regime de “vale tudo”, mas de tirá-lo de seu pedestal, evidenciar incompatibilidades entre o discurso científico e empresarial sobre o jornalismo e suas práticas e pensá-lo como mais uma forma, entre outras, de agir politicamente e discursar sobre o mundo, localizada em contextos e espaços específicos, dotada de intenções, limites – parcialidade – e que pode vislumbrar novas possibilidades se reorientamos seus princípios norteadores.

Arendt afirma que “não há dúvida de que todas essas funções de relevância política são desempenhadas de fora do âmbito político. Elas requerem descompromisso e imparcialidade, isenção do interesse

pessoal no pensamento e no julgamento” (ARENDDT, 2014, p. 323-324). Parece, porém, contraditório exigir que as funções de relevância política sejam justamente desempenhadas de fora do âmbito político. Quando se exige que funções políticas, ou seja, parciais, apresentem descompromisso, imparcialidade, isenção e outras impossibilidades, não se está longe de afirmar uma forma de tirania da verdade; dessa vez, da verdade “fatural”, que se interpõe como inquestionável e acima de suspeitas, já que forjada exteriormente ao âmbito político.

Essa noção não apenas limita a esfera da política, como se ela fosse restrita e delimitada por fronteiras claras, como pressupõe que, para que a política seja valorizada, são necessárias qualidades antipolíticas. Parece que é preciso partir de conceitos e funções que estejam livres da política para que se faça política. Se a política e, por consequência, a dimensão da ação humana precisam de garantias externas a elas, de um pano de fundo que se constitui como verdadeiro, desinteressado e imparcial, acima de questionamentos, a própria política e a pluralidade precisam, então, de bases que negam a si próprias. Essa noção não é muito distante do pensamento criticado por Arendt, a metafísica moderna inspirada em Platão, que recai no governo de verdades tirânicas e tecnicistas.

[...] se a imprensa tiver de se tornar algum dia realmente o “quarto poder”, ela precisará ser protegida do poder governamental e da pressão social com zelo ainda maior que o poder judiciário, pois a importantíssima função política de fornecer informações é exercida, em termos estritos, exteriormente ao domínio político; não envolve, ou não deveria envolver nenhuma ação ou decisão (ARENDDT, 2014, p. 322).

Muitas são as impossibilidades desse breve trecho: proteger a imprensa do poder e pressão social; defini-la como limitada à função de fornecer informações; imaginar uma posição arbitrária e abstrata em que essa função é exterior ao domínio político; crer que seja possível e desejável que a atividade da imprensa não envolva nenhuma ação ou decisão. A imprensa não precisa se tornar o “quarto poder”. Antes, ela pode rejeitar posições contraditórias, assumir seus limites e suas práticas

e repensar seus conceitos e discursos.

Arendt também lamenta o desaparecimento da “imparcialidade homérica”, a capacidade de “ver a mesma e única coisa primeiro de lados opostos e depois de todos os lados” (ARENDDT, 2004, p. 100). Costa e Zilio (2013) escrevem que essa noção não está relacionada à imparcialidade como o acesso a uma verdade objetiva a partir de um ponto acima das perspectivas ou com uma objetividade destituída de juízos de valor, mas que significa uma imparcialidade trágica, resultante do reconhecimento da parcialidade necessária de toda perspectiva.

A imparcialidade, e com ela toda historiografia legítima, veio ao mundo quando Homero decidiu cantar os feitos dos troianos não menos que os dos aqueus e louvar a glória de Heitor não menos que a grandeza de Aquiles. Essa imparcialidade homérica, ecoada em Heródoto, que decidiu impedir ‘que os grandes e maravilhosos feitos de gregos e bárbaros perdessem seu devido quinhão de glória’, é ainda o mais alto tipo de objetividade que conhecemos (ARENDDT, 2014, p. 81).

A “imparcialidade homérica” é também passível de muitos questionamentos. Ao relatar feitos, histórias e ações de outrem, o que dizer sempre envolve decisões e, portanto, exclusões, conscientes ou não. Todas elas tomadas a partir de uma única perspectiva intransponível, a que ouve, vê, interpreta e produz o discurso, que, por sua vez, é dotado de intencionalidades. Ao narrar a grandeza do inimigo derrotado na guerra, por exemplo, o vencedor enaltece, ao mesmo tempo, a sua própria, já que venceu inimigos tão valorosos.

Arendt não argumenta em favor da possibilidade de um ponto de vista absoluto, não acredita em um ponto neutro acima das perspectivas, ou à parte delas, mas faz o elogio de outro ponto de vista impossível: um tão amplo que seja capaz de considerar, honesta e igualmente todos os pontos de vista, tornando-se imparcial e objetivo, a “imparcialidade trágica”.

Essa imparcialidade pretensamente descolada da ideia de verdade absoluta e focada em um esforço para considerar e relatar todos os pontos de vista possíveis é o tipo imparcialidade que o discurso

majoritário sobre o jornalismo advoga, é uma de suas promessas. Porém, ela não parece muito exequível, principalmente nas sociedades contemporâneas.

O pensamento político é representativo. Formo uma opinião considerando um dado tema de diferentes pontos de vista, fazendo presentes em minha mente as posições dos que estão ausentes; isto é, eu os represento. Esse processo de representação não adota cegamente as concepções efetivas dos que se encontram em outro lugar, e por conseguinte, contempla o mundo de uma perspectiva diferente; não é uma questão de empatia, como seu eu procurasse ser ou sentir como alguma outra pessoa, nem de contar narizes e aderir a uma maioria, mas de ser e pensar em minha própria identidade onde efetivamente não me encontro (ARENDETT, 2014, p. 299).

A ideia de pensamento representativo, que envolve pensar *como e em nome de* outros pontos de vista, quando imaginada para a prática jornalística – que afirma almejar e trabalhar exatamente através dessa “mentalidade alargada” que tudo pensa, vê, compreende e considera – novamente explicita várias impossibilidades. Para além da discussão sobre a incapacidade de ser e pensar minha identidade onde não me encontro e fazer presente as posições dos ausentes, como ficam os ausentes que sequer conheço? Como confiar, legitimar ou validar que um jornalista seja capaz de conhecer e considerar esses ausentes? Como afirmar-se capaz de adotar uma perspectiva que tudo e todos abarca?

As representações que a imprensa constrói de grupos e indivíduos, como de si própria, são necessariamente interessadas, uma vez que veículos jornalísticos são empresas inseridas em um mundo capitalista, importantes agentes políticos, seus profissionais carregam intencionalidades, limites e idiossincrasias e suas produções são resultado de diversas ações, decisões e exclusões.

Além disso, a posição que os indivíduos ocupam na sociedade e seus capitais acumulados – econômico, social, cultural, simbólico – diferem enormemente, constituindo níveis muito distintos de acesso à informação, à visibilidade na arena pública e de influência nas

representações formuladas pela imprensa. Os indivíduos ou setores que detêm maior capital econômico, político e social são muito mais capazes de se fazer presentes nas diversas instâncias de ação política, têm mais ferramentas para fazer com que seus interesses sejam considerados e para orientar o noticiário através de aparições constantes, entrevistas, declarações, textos de opinião, etc. Portanto, têm mais chance de tornar-se um ponto de vista incluído no sempre excludente “todos os pontos de vista possíveis” e controlar como, quando e qual representação de si circula no espaço público.

Há ainda mais uma dimensão a ser considerada no estabelecimento dessa vontade honesta de considerar e relatar todos os pontos de vista, pretensamente compartilhada por gregos e jornalistas. Como lembra Miguel (2014), “qualquer decisão é influenciada pelas regras que levam a ela”. As regras que levam a uma decisão sobre o que é ou não notícia, qual é destaque, quais pessoas serão entrevistadas, a ordem dos fatos e declarações em uma matéria, título, imagem, entre outras, passam por diversos e complexos fatores: capacidade objetiva de produção dos jornalistas, tempo, interesses dos veículos de comunicação e do jornalista, *habitus* do campo, prestígio pessoal na carreira, público imaginado, entre outros. Portanto, é demasiado simplista crer que o jornalista possa buscar e realizar essa “imparcialidade homérica”, “mentalidade alargada” ou “pensamento representativo”, traduzidos, nos discursos e estudos sobre a imprensa, em “objetividade”, “neutralidade”, “isenção”, “verdade”, “interesse público”.

Portanto, não apenas a limitação da própria perspectiva, mas as diferentes oportunidades para existir, falar e ser levado em consideração na esfera pública e a falta de pluralidade nas instituições políticas e sociais, incluindo o próprio jornalismo, tornam curta a “mentalidade alargada” e bastante excludente o “pensamento representativo”. Arendt afirma que a percepção política “não significa outra coisa senão a visão mais ampla possível de todas as posições e pontos de vista possíveis desde os quais uma questão pode ser vista e julgada” (ARENDDT, 2004, p. 229). Parece que jornalismo e percepção política são, então, muito próximos, e que se insiste na impossibilidade de que qualquer visão seja “a mais ampla possível de todas as posições e pontos de vista possíveis” posso estar justamente despolitizando o jornalismo. Afinal, ao abrir mão da tentativa de abarcar o máximo de perspectivas, abro mão da essência da atitude política e da pluralidade.

Pelo contrário, é justamente por acreditar, como Arendt, que a



pluralidade de perspectivas é imprescindível para a política, que insisto na impossibilidade de o jornalismo demonstrar variados e diversos pontos de vista tal qual se estrutura hoje e na possibilidade de, ao admitir essa limitação, não mais se esconder atrás desse pretensão propósito.

Quando defende a imparcialidade homérica e a objetividade, Arendt se vê obrigada a recorrer ao mesmo tipo de raciocínio que a tradição moderna usou para justificar as verdades científicas e filosóficas, tão criticado pela autora, em consonância com Nietzsche (1992).

A imparcialidade homérica ecoa através de toda a história grega, e inspirou o primeiro grande contador da verdade fatural, o qual tornou-se o pai da História: Heródoto diz-nos já nas primeiras sentenças de suas estórias ter-se decidido a impedir “os grandes e portentosos feitos dos gregos e dos bárbaros de perderem seu devido galardão de glória”. Essa é a raiz de toda a chamada objetividade - essa curiosa paixão, desconhecida exteriormente à civilização ocidental, pela integridade intelectual a qualquer preço. Sem ela ciência alguma jamais poderia ter existido (ARENDR, 2014, p. 324).

A “curiosa paixão” pela integridade intelectual que garantiu também a existência de todas as ciências é tal qual o “impulso de amor ao conhecimento” desconstruído por Nietzsche (1992) como mera justificativa moral para a incessante busca pela verdade e a inútil tentativa de cercar e controlar a incontingência humana. Arendt cai na armadilha de tratar a ciência e o “discurso objetivo” como superiores aos outros, pois esses outros constituem uma perspectiva parcial, enquanto que a ciência e a imparcialidade homérica são capazes de todas as perspectivas considerar.

Ao negar que um tipo de discurso, um indivíduo, uma instituição ou empresa seja capaz de produzir peças jornalísticas que tudo abarcam e representam, não retiro a dimensão política do jornalismo, pelo contrário, reconheço e realoco sua posição na arena política, não como o “fornecedor de informações”, “relator de fatos”, “bastião da verdade

fatal”, mas, como uma prática e discurso que age de acordo com regras e normas consolidadas, disputa hegemonia como agente político e, ao mesmo tempo, atua como campo *através do qual* outros agentes travam suas lutas.

Requisitar dos jornalistas algo como a imparcialidade homérica ou que assumam uma perspectiva, sem, no entanto, fazer uma “cobertura parcial” parece paradoxal, pois se pede que as mídias jornalísticas assumam parcialidade, mas ajam como se não o fizessem. No campo discursivo, o problema pode até ser resolvido dessa forma, mas na prática permanecem fissuras, incoerências e impossibilidades.

Se for correto que uma coisa só é realmente no mundo do histórico-político, assim como no mundo do físico, quando mostrar-se e puder ser percebida de todos os lados, então ela sempre precisará ser observada e definida por uma pluralidade de homens ou de povo, ou de uma pluralidade de ângulos, para se fazer realidade possível e garantir sua continuidade. [...] Se um povo, ou um Estado, ou apenas um determinado grupo de homens, é exterminado porque, em todo caso, tem uma posição qualquer no mundo que ninguém pode duplicar sem dificuldade, que apresenta uma visão de mundo só realizável por ele, então não é apenas um povo, um Estado ou uma certa quantidade de homens que morre, senão que uma parte do mundo comum é aniquilada - um lado do mundo mostrado antes, mas que jamais poderá mostrar-se de novo. Por conseguinte, o aniquilamento iguala-se aqui não apenas a uma espécie de fim do mundo, senão que atinge também os aniquiladores (ARENDDT, 2004, p. 108-109).

Ainda que insista na possibilidade e na importância de certa objetividade, da “imparcialidade homérica”, da “mentalidade alargada” e do “pensamento representativo”, ideias análogas aos muitos valores que o jornalismo advoga para si e que, considero, constituem o alicerce para o potencial excludente e antipolítico do discurso jornalístico e o cerne das incongruências entre promessas e prática, o pensamento político de Arendt mostra-se bastante frutífero, tanto para questionar

alguns valores normativos do jornalismo quanto para reorientar suas direções.

Arendt coloca o discurso e a presença de diversas perspectivas no centro da vida política. Ao afirmar que “uma coisa só pode mostrar-se sob muitos aspectos quando muitos estão presentes, aos quais ela aparece em respectivas projeções diferentes” (ARENDR, 2004, p. 102), ela enfatiza a diversidade e a pluralidade acima de qualquer alegação em prol da verdade, de pontos de vista neutros, de um consenso racional, de um discurso mais legítimo por ser “verdadeiro”. A má representação de inúmeras perspectivas no discurso jornalismo seja pela ausência, seja pela presença considerada inadequada, a falta de pluralidade e de diversificação de discurso e pontos de vista na imprensa, pensando com Arendt, podem ser levadas mais a sério. Não são pequenos deslizos, meras desatenções, impossibilidades insuperáveis ou apenas resultado de um cálculo racional do mercado em um jogo de interesses econômicos. São um impedimento direto à própria política, à constituição do mundo comum, da realidade e da condição humana.

## 2.2 CHANTAL MOUFFE, AGONISMO E JORNALISMO

Chantal Mouffe, teórica belga e um dos principais nomes do pensamento agonista, defende uma abordagem e um modelo de democracia que coloquem como centrais as questões de poder e conflito. Ela destaca a necessidade de reconhecer a permanência de conflitos que não podem ter uma solução racional, acima de decisões políticas, parciais e excludentes.

Como afirma a própria Mouffe (2013), as duas principais categorias de seu trabalho conjunto com Laclau em *Hegemony and socialist strategy* são antagonismo e hegemonia. De acordo com a autora, eles procuraram demonstrar que uma ordem hegemônica é sempre uma articulação de práticas e relações de poder que não tem uma base última criada a partir do cálculo racional e imparcial. Toda ordem social tem natureza hegemônica, é estabelecida por práticas que procuram criar e manter uma ordem em um contexto de contingência e incertezas. A hegemonia, para os autores, é exatamente esse ponto de convergência entre objetividade e poder, o ponto em que o poder conseguiu estabelecer-se como prática sólida e imparcial. Mouffe critica a ideia de que possa haver uma “ordem natural” que seria consequência do “desenvolvimento objetivo” de forças, quaisquer que sejam essas

forças – produtivas, históricas, etc.

Assim, toda ordem é uma articulação temporária e precária de práticas contingentes e, portanto, é baseada na exclusão de outras possibilidades. É nesse sentido que Mouffe afirma que toda ordem é política, pois resulta de uma configuração específica de relações de poder. Isso significa que ela pode ser desafiada, transformada e questionada através de interferências nessas relações. A ordem hegemônica não é a única alternativa disponível, não é o resultado último, imparcial ou racional das relações. Mouffe ressalta que o que é considerado “natural”, juntamente com o senso comum, é o resultado de práticas sedimentares e não a expressão de uma objetividade mais profunda, externa às práticas que lhe dão forma.

As Ernesto Laclau and I argued in *Hegemony and socialist strategy*, to think politically requires recognizing the ontological dimension of radical negativity. It is because of the existence of a form of negativity that cannot be overcome dialectically that full objectivity can never be reached and that antagonism is an ever present possibility. Society is permeated by contingency and any order is of an hegemonic nature, i.e. it is always the expression of power relations. In the field of politics, this means that the search for a consensus without exclusion and the search for a perfectly reconciled and harmonious society have to be abandoned (MOUFFE, 2013, XI).<sup>10</sup>

Mouffe propõe o modelo de “pluralismo agonístico”, baseado na distinção entre “a política” e “o político”. “A política” é o conjunto de práticas, discursos e instituições que buscam estabelecer certa ordem e organizar a sociedade, em condições sempre potencialmente conflituais

---

<sup>10</sup> Como Ernesto Laclau e eu argumentamos em *Hegemonia e estratégia socialista*, pensar politicamente requer reconhecer a dimensão ontológica da negação radical. É por existir uma forma de negatividade que não pode ser superada dialeticamente que a objetividade completa nunca pode ser alcançada e que o antagonismo é uma possibilidade sempre presente. A sociedade é permeada pela contingência e qualquer ordem é de natureza hegemônica, é sempre a expressão de relações de poder. No campo da política, isso significa que a busca por um consenso sem exclusão e por uma sociedade perfeitamente conciliada e harmoniosa tem de ser abandonada.

porque afetadas pelo “político”, a dimensão antagonista inerente às relações humanas, que pode tomar diversas formas e emergir em diferentes tipos de relação social.

Ao falar da construção de identidades e do elemento “político” que elas engendram, Mouffe (2005) recupera o conceito de “exterioridade constitutiva”, proposto por Henry Staten para se referir aos temas desenvolvidos por Jacques Derrida. O conceito ressalta que a criação de uma identidade é sempre baseada em exclusões, na diferença, e que muitas vezes se constrói com base em hierarquias entre dois polos opostos – forma e conteúdo; preto e branco; mulher e homem, etc. Mouffe destaca, então, que não há identidade que não se construa com base em uma relação, a de diferença, e no estabelecimento de um “nós” necessariamente distinto de um “eles”. A percepção do “eles”, que são o que não sou, é justamente a condição de possibilidade do “nós”. Assim, todo tipo de objetividade social é também uma ordem construída através de atos de poder, exclusões, diferenças e hierarquias. Isso significa, para Mouffe (2005), que qualquer objetividade social é, em última instância, política, e invariavelmente carrega marcas das exclusões, pois elas também a compõem, são seu “exterior constitutivo”.

Uma vez que a própria constituição de identidade é um ato de poder, todo sistema social implica em relações de poder. Se aceitarmos esse raciocínio, torna-se incoerente que um projeto agonista pretenda incluir todas as perspectivas e eliminar o poder. Não se pretende abarcar todos os pontos de vista, nem superar todas as formas de exclusão, uma vez que toda ordem é excludente. Sempre haverá o “exterior constitutivo”. O objetivo, para Mouffe, não é eliminar o poder, mas reconhecer que ele é parte da ordem, explicitar suas exclusões, a violência que elas engendram, o caráter político das ordens estabelecidas e sua possibilidade de questionamento, ao invés de ignorar todas essas dimensões em prol de uma pretensa racionalidade ou neutralidade. Se a luta política é inevitável, o objetivo não é eliminá-la, mas expô-la e manter abertas as possibilidades de contestação, limitação e reordenação das ordens hegemônicas. Reconhecer a natureza hegemônica das relações sociais e identidades pode contribuir para subverter a tentação de naturalizar, essencializar e despolitizar as fronteiras, práticas e identidades.

When we accept that every identity is relational  
and that the condition of existence of every

identity is the affirmation of a difference, the determination of an ‘other’ that is going to play the role of a ‘constitutive outside’, it is possible to understand how antagonisms arise. In the domain of collective identifications, where what is in question is the creation of a ‘we’ by the delimitation of a ‘them’, the possibility always exists that this we/them relation will turn into a relation of the friend/enemy type; in other words, it can always become political in Schmitt’s understanding of the term. This can happen when the other, who was until then considered only under the mode of difference, begins to be perceived as negating our identity, as putting in question our very existence. From that moment, onwards, any type of we/them relation, be it religious, ethnic, national, economic or other, becomes the site of a political antagonism (MOUFFE, 2005, p. 2).<sup>11</sup>

Sendo a dimensão antagonista algo do qual não se pode prescindir, a principal questão para as democracias, de acordo com Mouffe, não é como chegar a um consenso sem exclusão, mas como conseguir estabelecer certa unidade, a inevitável divisão “nós/eles”, de maneira compatível com uma democracia plural em um contexto de conflitos. O “pluralismo agonista” de Mouffe foca na necessidade de mecanismos para que o “eles” não sejam percebidos como inimigos a serem destruídos, mas como adversários cuja legitimidade deve ser reconhecida. Um adversário, no agonismo, é ainda um inimigo, mas um inimigo legítimo e que compartilha de um pano de fundo comum, a adesão ao que ela identifica como os princípios éticos e políticos da democracia liberal: liberdade e igualdade. Para a autora, a discordância

---

<sup>11</sup> Quando aceitamos que toda a identidade é relacional e que a condição para existência de toda identidade é a afirmação de uma diferença, a determinação de um “outro” que será o “exterior constitutivo”, é possível entender como os antagonismos surgem. No domínio das identificações coletivas, onde o que está em questão é a criação de um “nós” pela determinação de um “eles”, há sempre a possibilidade de que essa relação nós/eles se torne uma relação do tipo amigo/inimigo; em outras palavras, pode sempre se tornar política no sentido de Schmitt. Isso pode acontecer quando o outro, que era até então considerado somente através da diferença, começa a ser percebido como negando nossa identidade, questionando nossa própria existência. Desse momento em diante, qualquer tipo de relação nós/eles, seja religiosa, étnica, nacional, econômica ou outra, torna-se lugar de um antagonismo político.

entre as partes em disputa está no significado e em como implementar esses princípios, mas não em sua aceitação. Esse conflito não chega a uma reconciliação final, a uma resposta última, mas é o resultado de relações de poder e contingências que, portanto, podem sempre mudar.

Mouffe delimita que o objetivo da política democrática é transformar antagonismos, disputa entre inimigos que querem se destruir, em agonismos, disputa entre adversários que reconhecem o direito de luta e a legitimidade do oponente. A tolerância com o direito de disputa do adversário, para Mouffe, vem do fato de que, sabendo que não há uma solução final para o conflito, os adversários aceitam algumas condições reguladoras da disputa, criando o “conflito consensual”, característico do agonismo: a concordância sobre os princípios que organizam a associação política, mas a discordância sobre sua interpretação. Os adversários lutam porque querem que suas interpretações tornem-se hegemônicas em relação às outras. No entanto, não cabe, no pluralismo agonista, que a legitimidade e o direito de luta do oponente seja questionado para alcançar a vitória.

It is always possible to distinguish between the just and the unjust, the legitimate and the illegitimate, but this can only be done from within a given tradition, with the help of standards that this tradition provides; in fact, there is no point of view external to all tradition from which one can offer a universal judgement. Furthermore, to give up the distinction between logic and rhetoric to which the postmodern critique leads - and where it parts with Aristotle - does not mean that ‘might makes right’ or that one sinks into nihilism. To accept with Foucault that there cannot be an absolute separation between validity and power (since validity is always related to a specific regime of truth, connected to power) does not mean that we cannot distinguish within a given regime of truth between those who respect the strategy of argumentation and its rules, and those who simply want to impose their power (MOUFFE, 2005, p. 15).<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Sempre é possível distinguir entre o justo e o injusto, o legítimo e o ilegítimo, mas isso só pode ser feito de dentro de uma dada tradição, com a ajuda de padrões que essa tradição

Mouffe (2005) argumenta que o sucesso do liberalismo político deve muito à sua argumentação, que concilia moralidade e neutralidade, como é o caso do jornalismo brasileiro, majoritariamente inserido na tradição liberal. A formulação de projetos que pretendem encontrar um princípio neutro e racional depende do esvaziamento do político, da desconsideração da dimensão conflitante e excludente de toda ordem. Na definição de Mouffe (2005), a típica interpretação liberal do pluralismo é a de que vivemos em um mundo em que existe, de fato, um grande número de pontos de vista e valores. Devido às limitações empíricas, eles nunca poderão ser adotados todos, mas, ao serem reunidos, constituem um conjunto harmonioso e não conflitante. Essa perspectiva, dominante na teoria política liberal, precisa negar o político em sua dimensão antagonística para prosperar. Para Mouffe, ao destacar o momento inescapável da decisão, o agonismo revela o limite de qualquer consenso racional.

As teorias e discursos dominantes sobre o jornalismo apresentam forte congruência com essa visão liberal do pluralismo. A força de valores como “neutralidade”, “objetividade”, “isenção”, “verdade” só é possível se esvaziamos o jornalismo de sua dimensão política, se ignoramos as inúmeras decisões, exclusões e lutas da qual o jornalismo é produtor e produto, se negamos que seus discursos, regras e orientações são também resultado de lutas por hegemonia, que os alicerces no qual a prática jornalística se baseia poderiam, e podem, ser outros.

Como qualquer ordem vigente, o jornalismo tal qual conhecemos, seus valores normativos, regras e práticas, é resultado de lutas e relações de poder, explicita uma hegemonia. Transpondo o raciocínio de Mouffe transcrito acima, é sempre possível distinguir o “bom” e o “mau” jornalismo, o legítimo e o ilegítimo, o tecnicamente superior e o inferior, o texto bem e o mal escrito, mas todas essas distinções são feitas dentro de uma tradição específica, com base nos padrões que essa tradição oferece. Nada disso manifesta, nem na concepção, nem na

---

fornece; de fato, não há ponto de vista externo a toda tradição a partir do qual alguém possa oferecer um julgamento universal. Ademais, abrir mão da distinção entre lógica e retórica, como a crítica pós-moderna - e onde ela rompe com Aristóteles - não significa que “o poder faz o direito” ou que se afirma o niilismo. Aceitar, com Foucault, que não pode haver separação absoluta entre validade e poder (uma vez que a validade está sempre relacionada a um regime específico de verdade, conectado ao poder) não significa que não possamos distinguir, em determinado regime de verdade, entre aqueles que respeitam a estratégia de argumentação e suas regras, e aqueles que simplesmente querem impor seu poder.



prática, um tipo de ponto de vista imparcial, objetivo ou acima das relações de poder. Os valores que proclama o jornalismo não são inquestionáveis, nem o resultado de uma deliberação que chegou a um consenso racional. Qualquer definição de jornalismo vai consistir em uma hierarquia de valores, vai carregar um “exterior constitutivo”, vai se construir com base em exclusões, tanto o discurso e as práticas majoritários atualmente, quanto um possível conceito ou modelo que venha a questioná-los.

O jornalismo não pode ser completamente plural, representar todos os pontos de vista, ser “todos em um”. Não consegue mostrar o mundo, nem de um ponto de vista imparcial, acima de todos os outros, nem de um ponto de vista neutro, que reconhece a existência de inúmeras perspectivas e é capaz de “empacotar” e representar todas. A ordem hegemônica no jornalismo é excludente, como qualquer outra, mas partilha da ilusão de uma realidade una por trás dos pontos de vista, que pode por ela ser alcançada.

A negação do político é uma forma de estigmatizar como irracional tudo que contesta a ordem liberal, legitimada em um ilusório e falseado consenso racional. Encarar o jornalismo como um processo puramente racional e que alcança, ou almeja, a maior objetividade e neutralidade possíveis, é fazer o mesmo movimento: desconsiderar toda a dimensão de poder e conflito que envolve não só as definições do que é jornalismo, como sua teoria e prática. Por consequência, tudo que se encontra fora dessa ordem, sendo ela tomada como imparcial e racional, é deslegitimado como inferior por ser não racional e ter intenções outras que não a “busca da verdade” e do “interesse público”. O “eles” do jornalismo pode ser mais facilmente desvalorizado se o “nós” não reconhece sua dimensão contingente, política e parcial. O seguro, o permanente, o racional, o verdadeiro, somos “nós”. “To negate the political does not make it disappear, it only leads to bewilderment in the face of its manifestations and to impotence in dealing with them” (MOUFFE, 2005, p. 140).<sup>13</sup>

Uma vez que as exclusões necessárias a qualquer ordem são escamoteadas ou apresentadas como o resultado de um consenso racional, objetivo e prático, parecem independentes e imunes às relações de poder. No entanto, qualquer fronteira definida, sejam as normas e

---

<sup>13</sup> “Negar o político não faz com que ele desapareça, só leva à perplexidade diante de suas manifestações e à impotência em lidar com elas.”

orientações práticas para o discurso jornalismo, sejam as fronteiras que os próprios textos jornalísticos criam em suas definições, são decisões políticas e expressão de uma dada hegemonia. O jornalismo não é “essencialmente” nada. Seu conceito e seus valores não são intrínsecos, suas práticas não são meras decisões racionais ou resultado unicamente de cálculo de interesses. O que é ou não notícia é a tomada de uma decisão. Como determinado acontecimento será noticiado, outra tomada de decisão, outras exclusões.

What is at a given moment deemed ‘rational’ or ‘reasonable’ in a community is what corresponds to the dominant language games and the ‘common sense’ that they construe. It is the result of a process of “sedimentation” of an ensemble of discourses and practices whose political character has been elided. If it is perfectly legitimate to make a distinction between the reasonable and the unreasonable, such an opposition has implications that must be acknowledged. Otherwise a specific configuration of practices and arrangements becomes naturalized and is put out of reach of critical inquiry. [...] we should be able to question the very frontiers of reason and to put under scrutiny the claims to universality made in the name of rationality (MOUFFE, 2005, p. 143).<sup>14</sup>

Portanto, um jornalismo com viés agonista pode reconhecer a dimensão excludente e política de suas regras, definições e práticas. Ao ignorar as mais variadas decisões entre inúmeras alternativas possíveis, tal qual no discurso liberal, no jornalístico também o “político” desaparece, ironicamente, como estratégia política para manter-se

---

<sup>14</sup> O que é, em determinado momento, considerado “racional” ou “razoável” em uma comunidade é o que corresponde aos jogos da linguagem dominante e ao “senso comum” que constroem. É o resultado de um processo de “sedimentação”, de uma combinação de discursos e práticas cujo caráter político foi omitido. Se é perfeitamente legítimo fazer uma distinção entre o razoável e o não razoável, tal oposição tem implicações que devem ser reconhecidas. Do contrário, uma configuração específica de práticas e acordos se naturaliza e é colocada para além do alcance das críticas. [...] nós deveríamos poder questionar as fronteiras da razão e pôr sob análise as reivindicações de universalidade feitas em nome da racionalidade.

hegemônico.

Fala-se muito hoje em “diálogo” e “deliberação”, mas qual o significado de tais palavras no campo político se não existe nenhuma escolha real ao nosso alcance e se os participantes do debate não são capazes de decidir entre alternativas claramente diferenciadas? (MOUFFE, 2015, p. 3).

A pergunta do trecho acima pode se estender ao jornalismo. A forte semelhança entre a maioria dos veículos jornalísticos de maior expressão no país ajuda a criar um mundo comum falseado, no sentido de Arendt, em que os mesmos “eles” são sempre excluídos ou mal representados na esfera pública e, portanto, não existem, ou existem apenas através das vozes de outros.

Sempre haverá decisões e exclusões, mas quando o jornalismo majoritário no país exclui e, portanto, ajuda a invisibilizar reiteradamente os mesmos grupos, quando a maior parte dos veículos de informação exibe o mesmo discurso, notícias semelhantes, entrevistas com as mesmas pessoas, assemelham-se também no “exterior constitutivo”. Assim, torna-se mais difícil questionar a ordem hegemônica e as próprias possibilidades de questionamentos são minimizadas, pois menos “eles” se fazem visíveis; menos paixões são mobilizadas; menos representatividade os mais diversos grupos encontram na imprensa; menor a possibilidade de eles constituírem o “mundo comum” e conquistar espaço e credibilidade para suas demandas; e, do outro lado, maiores as possibilidades de manutenção da hegemonia, não só social, como do próprio discurso jornalístico, que, não apresentando grandes diferenças em veículos distintos, não se questiona ou critica.

Mesmo quando há divergências políticas explícitas no editorial e decisões de alguns veículos informativos, os padrões de texto, *modus operandi*, de quem escreve, representa, fala e decide e quem está renegado à posição de ser representado permanecem os mesmos. Assim, o jornalismo se legitima: se os produtos jornalísticos são parecidos em todo o país, só pode ser porque, como afirmam as teorias e os próprios produtores do discurso, eles perseguem, com certo sucesso, a “verdade dos fatos” e retratam pontos de vista imparciais.

Sendo as definições sobre o jornalismo construções feitas possíveis por uma variedade de práticas e discursos, podem ser transformadas e rearticuladas. Ao aceitar que os valores que guiam o jornalismo são decisões e expressões do “político” tal como definido por Mouffe, aceitamos, por consequência, que ele pode ser outro. Pode basear-se em práticas diferentes, noticiar diferente, falar de outros “eles”, perseguir outros valores. Um jornalismo que admita seu âmbito político, escancare suas decisões e reconheça suas exclusões pode ser um canal de batalha agonista, ciente de ser mais um discurso entre tantos outros que disputam a hegemonia discursiva.

Portanto, um jornalismo agonista pode ser uma instituição “da política” de Mouffe, pode ser uma prática alargada que permita não só disputas internas sobre *o que é jornalismo*, como possibilite aos vários “nós” criarem e representarem seus próprios mundos sem ter que se adequar a regras rígidas do “eles” porque parecem naturais e inquestionáveis. O jornalismo pode ser um dos meios nos quais se exerce e pratica o pluralismo agonista se não forjar um consenso racional nem negar outras possibilidades de conceber e praticar jornalismo. Ele pode ser parte ativa da mobilização de paixões e do dissenso inevitável de toda constituição social. Um jornalismo que se afirme parcial, não apenas em editoriais e colunas, mas na sua própria concepção, que aceite a política e a disputa em seu discurso, que reconheça suas limitações para ampliar suas possibilidades, pode ser um canal em prol da pluralidade e do agonismo.

### 2.2.1 Mouffe e a mídia

Em entrevista a Nico Carpentier, Mouffe (2004, p. 5) afirma que “the media are playing an important role in the maintenance and production of hegemony, but it is something that can be challenged.”<sup>15</sup> Ela destaca não acreditar nem em um poder inquestionável da mídia hegemônica, nem na ideia de que novas mídias são automaticamente uma solução para aumentar o pluralismo jornalístico. Pelo contrário, afirma que essas alternativas podem reforçar um fechamento das pessoas em seus próprios mundos e crenças. No entanto, reconhece que

---

<sup>15</sup> “a mídia está desempenhando um papel importante na manutenção e produção da hegemonia, mas isso é algo que pode ser desafiado.”

“there should definitely be much more pluralism” (MOUFFE *in* CARPENTIER, 2004, p. 12).<sup>16</sup>

Em *Agonistics – thinking the world politically*, Mouffe elabora uma visão um tanto simplista da mídia, ao dizer que “the media are basically the mirror of society. If an agonistic debate was available, they would reflect it” (MOUFFE, 2013, p. 143).<sup>17</sup> Afirmar que a mídia seja o espelho da sociedade é avaliar apenas um lado da situação. De fato, a mídia carrega as marcas históricas e culturais da sociedade que a produz, o jornalismo muda práticas e concepções de sociedade em sociedade e ao longo do tempo, mas está longe de ser um campo passivo ou mero “espelho” social. É reprodutor, mas também produtor de discursos; sofre interferências de outras esferas, mas é uma esfera com autonomia que também interfere nas outras. A mídia jornalística envolve uma relação dupla com a sociedade – a reflete e a produz – e preserva certas características e relevância social, política e econômica independentemente dos acontecimentos e configurações sociais de cada momento.

Além disso, caso houvesse canais de debate agonista, isso não significa necessariamente que a mídia os reproduziria. As mídias jornalísticas possuem um papel ativo nas representações, debates e definição da agenda política, sendo causa e consequência das relações sociais. Mouffe parece ignorar qualquer papel ativo da mídia na criação e reprodução de discursos e ações políticas e na responsabilidade por pluralismo. O jornalismo não se limita a esperar que, caso haja condições para debates agonistas, refleti-lo. Isso implica não apenas acreditar que a mídia possa ser um “espelho” da sociedade e refletir as coisas “tais como são”, como anula qualquer influência que ela exerça e a isenta da responsabilidade, tanto na manutenção da ordem quanto na possibilidade de mudança.

Quando questionada sobre o papel do jornalismo, Mouffe (2004) admite que, de certa forma, é desejável que o jornalista seja objetivo, mas reconhece que ele não pode sê-lo, ainda que não queira “distorção dos fatos”. Ela recorre à comum distinção entre “verdade fatural” e “verdade da razão”, ao mesmo tempo em que afirma não acreditar em verdade no sentido absoluto e saber que nem sempre é possível que

---

<sup>16</sup> “deveria haver, definitivamente, muito mais pluralismo.”

<sup>17</sup> “a mídia é, basicamente, o espelho da sociedade. Se um debate agonista estivesse disponível, ela iria refletir isso.”

existam as “verdades fatuais”. Mesmo assim, exige que os jornalistas sejam objetivos em relação a elas.

No entanto, sabemos que jornalistas fazem muito mais que apenas “reportar fatos” ou “transmitir a verdade fatural”. Recorrer a essa separação, também duvidosa, para resolver o problema da falta de pluralismo e da pretensa objetividade da imprensa não nos tira muito do lugar.

This argumentative plurality would imply that a wide scope of arguments and positions is offered, not just facts but arguments and possible solutions. One of the best metaphors that captures this is the notion of the gate-opener. Journalists are often referred to as gatekeepers. They decide on what gets broadcasted, or on what gets published. Gate-openers are interested in providing the options, arguments and perspectives (CARPENTIER, 2004, p. 12).<sup>18</sup>

Não se trata de relativizar todos os acontecimentos o tempo todo, nem de dizer que jornalistas podem deliberadamente criar fatos. A discussão é para além desses pontos. Recorrer ao discurso das “verdades fatuais” é uma forma cômoda e insuficiente de encarar os problemas de legitimidade e pluralismo na imprensa.

Considerando que: 1) verdade e objetividade plenas são impossibilidades; 2) jornalistas, como quaisquer outros seres humanos, agem apenas dentro de suas próprias perspectivas, por mais esforço que façam para tudo abarcar; 3) diversos interesses, esferas e aspectos práticos das sociedades contemporâneas incidem sobre a atividade jornalística (esfera econômica, política, popularização da internet, acesso a novas mídias, precarização do trabalho, etc.); 4) embora haja discordâncias sobre a intensidade e o grau de relevância desse papel, a imprensa ocupa um papel importante na definição da agenda política; 5) a teoria sobre o jornalismo e o discurso do campo se utilizam dos

---

<sup>18</sup> Essa pluralidade argumentativa implicaria que um grande escopo de argumentos e posições fosse oferecido, não somente fatos, mas argumentos e possíveis soluções. Uma das melhores metáforas que captura isso é a noção do *gate-opener*. Jornalistas são frequentemente denominados de *gatekeepers*. Eles decidem o que é transmitido, o que é publicado. *Gate-openers* estão interessados em fornecer opiniões, argumentos e perspectivas.

conceitos de isenção, neutralidade, objetividade, traduzidos na defesa de uma “verdade fatual”, para se legitimarem como verdadeiros e acima de discordâncias; 6) a fronteira entre “verdade fatual” e quaisquer outras verdades é tênue, incerta e abstrata; 7) falta pluralismo nas mídias jornalísticas, são muitos “eles” de fora do “nós” da imprensa; parece mágico que tudo isso se resolva com uma distinção imaginada entre “verdade factual” e as outras verdades todas.

Querer que o jornalista seja objetivo em relação às verdades fatuais não nos diz mais que “não é desejável que jornalistas inventem que coisas aconteceram”. Parece que, como a verdade absoluta é impossível, os jornalistas devem fazer seu melhor para chegar o mais perto possível dela. O apelo continua a ser sobre reunir todos os fatos e todas as perspectivas, da forma mais isenta possível, em um só lugar. É como se não se soubesse que o jornalismo faz muito mais que apenas “reportar fatos”, como se separar o mundo entre “verdade fatual”, inquestionável, e “todas as outras verdades”, essas sim, questionáveis, fosse factível e simples. O jornalismo não se constitui apenas como a transmissão de “verdades fatuais”, os discursos se misturam, decisões, definições e exclusões se acumulam, a realidade transcende a linha divisória das verdades.

Mouffe reconhece o problema – como combinar objetividade em relação à verdade factual com o reconhecimento de que não se pode transmitir uma verdade absoluta e dogmática? – , mas a alternativa que esboça em sua resposta parece alinhada ao ideal de jornalismo que as mídias jornalísticas já advogam para si. Não fica distante do discurso do pluralismo liberal.

The question would then be: how to combine this requisite of objectivity with respect to factual truth, with recognition of the fact that you cannot convey an absolute dogmatic truth? There is a problem there [laughs]. I think it is important for audiences to be shown that there are different views. People should not to be told: this is the interpretation. There are always different interpretations, different aspects, and different perspectives. It is important for journalists to be able to show those differences, to make people think by themselves, and not telling them: this is what you should think. It is important to give

them enough elements to be able to see the complexity of the situation and to think by themselves. For that you need to have as much facts as possible, but at the same time you also need to be aware of the different positions that one can take with respect to those facts and events (MOUFFE *in* CARPENTIER, 2004, p. 12).<sup>19</sup>

Aqui se veem os mesmos ideais generalizantes e irrealizáveis que o jornalismo e grande parte de sua teoria repetem há tempos. Mouffe pede ao jornalismo o que reconhece ser impossível na democracia e na esfera pública. Critica os ideais racionalistas e liberais, mas os repete quando fala dos jornalistas. Age como se um mesmo veículo jornalístico, ou um indivíduo, fosse capaz de abarcar todas as perspectivas de forma neutra, fala como se houvesse uma “realidade” imparcial a ser noticiada, trata como se a prática jornalística, sua identidade, decisões e exclusões, fossem isentas e nulas na equação. Em última instância, despolitiza o jornalismo.

Pensemos, então, com Mouffe contra Mouffe: a teórica argumenta que, para o seu pluralismo radical, é necessário romper com racionalismo, individualismo e universalismo. Romper com esses valores, no jornalismo, é ressignificá-lo. É romper com a ideia de que um veículo pode tudo abarcar, é desapegar-se da “verdade” como forma de legitimação – incluindo a intocada “verdade fatural” –, abrir mão da neutralidade, deixar de lado “a objetividade” enquanto valor e orientação prática. É abraçar sua dimensão política e reconhecer as relações de poder que o constroem e as que ele ajuda a construir.

---

<sup>19</sup> A questão seria, então: como combinar esse requisito de objetividade com respeito à verdade factual com o reconhecimento do fato de que você não pode comunicar uma verdade dogmática e absoluta? Há um problema aí [risadas]. Eu acho que é importante mostrar para o público que há visões diferentes. Não deveria ser dito: essa é a interpretação. Há sempre interpretações diferentes, aspectos diferentes, diferentes perspectivas. É importante que os jornalistas sejam capazes de mostrar essas diferenças, fazer as pessoas pensarem por si próprias, não dizer a elas: isso é o que você deveria pensar. É importante oferecer elementos suficientes para que elas sejam capazes de ver a complexidade da situação e pensar por si próprias. Para isso, você precisa ter tantos fatos quanto possível, mas, ao mesmo tempo, você precisa conhecer as diferentes posições que se pode tomar em relação àqueles fatos e eventos.



### 2.3 WILLIAM CONNOLLY, AGONISMO E JORNALISMO

William Connolly, teórico agonista estadunidense de influência nietzschiana, também nega a possibilidade e a necessidade de qualquer elemento de “transcendência” para legitimar os princípios da organização social e defende que uma democracia plural e agonista parte da necessidade de cultivar um novo *ethos* democrático.

Ele demarca as diferenças entre pluralismo, tal qual o concebe, e relativismo. Para Connolly (2005), o relativismo cultural é uma vertente que apoia a cultura dominante em determinado lugar. Os termos “cultura” e “lugar” são peças chave. Para ele, “a relativist is one who supports whatever practices and norms prevail in each concentricly ordered ‘place’” (CONNOLLY, 2005, p. 41).<sup>20</sup> Um pluralista, compara, é alguém que prioriza a diversidade cultural em diversas dimensões. “Pluralism [...] denies the sufficiency of a concentric image of culture to territorial politics” (CONNOLLY, 2005, p. 41).<sup>21</sup> Pluralistas encorajam apoiar certos aspectos culturais em lugares específicos, ser indiferente a uns, cauteloso com alguns e militar contra a permanência de outros. Definem limites para a tolerância com o objetivo de garantir que um movimento unitário e fechado não venha a tomar o poder. O ponto limite é quando o próprio pluralismo é ameaçado por forças que demandam o seu fim. “It is thus necessary to set limits, but pluralists are critical of the self-confidence with which many unitarians endow already existing limits with eternal necessity” (CONNOLLY, 2005, p. 43).<sup>22</sup>

Connolly (2005) concebe o pluralismo como uma constante tensão entre o que está estabelecido e novas erupções que querem lugar na legitimidade, prática que ele denomina de *politics of becoming*. Para isso, são necessários múltiplos espaços de ação potencial, dentro e para além do estado, e o desenvolvimento e manutenção do que ele considera as duas virtudes cívicas principais: respeito agonístico e responsividade crítica.

---

<sup>20</sup> “um relativista é alguém que apoia quaisquer práticas e normas que prevalecem em cada ‘lugar’ concetricamente ordenado.”

<sup>21</sup> “O pluralismo [...] nega a suficiência de uma imagem concêntrica de cultura para a política territorial.”

<sup>22</sup> “É, então, necessário estabelecer limites, mas os pluralistas são críticos da autoconfiança com a qual muitos unitaristas endossam os limites já existentes como necessidade eterna.”

A noção de respeito agonístico é central em sua teoria e considerada a virtude essencial para que se estabeleça um pluralismo profundo. Como definido por Connolly, o respeito agonístico refere-se ao respeito recíproco e necessário para negociar conjuntos de políticas em geral, envolve reconhecer a dignidade daqueles que partilham de formas diferentes de respeito. É uma relação que ocorre entre duas partes interdependentes e que já possuem certo reconhecimento cultural – são, ao menos, reconhecidas em sua existência. As partes podem testar, desafiar e contestar elementos fundamentais das outras, mas têm consciência que terão seus fundamentos questionados. A relação é definida por Connolly (2005) como agonista em dois sentidos: 1) o agonismo presente na contestação dos elementos de sua própria fé; 2) a propagação do agonismo com o respeito que as partes em disputa exercem em relação às outras.

A responsividade crítica, por sua vez, é necessária principalmente enquanto ocorre o *politics of becoming*, quando uma nova possibilidade passa a adentrar o campo político. Trata-se de uma atenção cuidadosa e de generosidade para tornar o invisível legitimado e reconhecido.

Ambas as virtudes requerem, para Connolly, tanto cultivo interno quanto incentivo e negociação públicas. Para ele, as condições para o pluralismo emergem espontaneamente do movimento cultural, que constantemente introduz novas possibilidades de existência.

O pluralismo de Connolly é regulado por um conflito no qual os adversários são respeitados e respeitam a legitimidade da existência e da luta uns dos outros. Ele define seu ideal pluralista de democracia e alguns caminhos para alcançá-lo, como o cultivo e o incentivo das virtudes cívicas e a criação e manutenção de canais em que elas possam se expressar. No entanto, o autor carrega um otimismo exacerbado ao crer que alternativas como o respeito agonístico sejam cultivadas, tanto externa quanto internamente. É difícil visualizar, a partir das democracias que temos hoje, como cultivar e manter tais virtudes cívicas, e como elas poderiam, por si só, resolver a falta de pluralismo e reduzir a necessidade dos antagonismos que se expressam em violência.

In particular, the limited efficacy of agonistic respect is revealed when one is confronted with extreme forms of violence and/or gross forms of inequality, both of which are increasingly

prevalent in late-modern politics [...] (WENMAN, 2008, p. 164).<sup>23</sup>

Em concordância com Wenman (2008), acredito que Connolly se concentra em uma ideia de forças regulares e imanentes que não só alimentam o pluralismo, como as qualidades cívicas necessárias à sua manutenção, sem que haja muitas evidências práticas de que isso possa ocorrer. Wenman também aponta que essa concepção reduz a capacidade de agência e de intervenção crítica dos atores sociais, uma vez que o “sistema social” por si próprio, em conjunto com as virtudes cívicas, regula o pluralismo.

[...] Connolly also makes recourse to the notion of the spontaneous regularity of social assemblages understood as the mysterious and purposeless effect of the immanent play of forces. Despite Connolly’s claims to the contrary, this reproduces one key element of (Spinozan pan-) theism. The danger with this approach is that it appears to deny social actors the capacity for genuinely critical action, because Nature (God) becomes the source of all movement in the world. (WENMAN, 2008, p. 167).<sup>24</sup>

Compartilho, em relação ao jornalismo, com o pensamento de Connolly sobre a desconfiança em relação aos que afirmam os limites existentes como se fossem inevitáveis e eternamente necessários. Reconheço que sempre há fronteiras a serem definidas, tanto para o pluralismo quanto para o jornalismo, mas a desconfiança é em relação ao discurso hegemônico sobre a profissão, que se afirma neutro e

---

<sup>23</sup> Em particular, a eficácia limitada do respeito agonístico se revela quando confrontada com formas extremas de violência e/ou formas brutas de desigualdade, ambas as quais são cada vez mais predominantes na política da modernidade tardia.

<sup>24</sup> Connolly também recorre à noção de regularidade espontânea do social, entendida como um efeito misterioso e sem propósito das forças imanentes. A despeito das afirmações de Connolly do contrário, isso reproduz um elemento chave do (pan-) teísmo de Espinoza. O perigo dessa abordagem é que ela parece negar aos atores sociais a capacidade de ação crítica genuína, porque a natureza (Deus) se torna a fonte de todo movimento no mundo.

imparcial tanto quanto possível e parece definir esses valores como os únicos possíveis e estritamente necessários para que o jornalismo exista e seja legitimado.

Não quero com isso negar a existência dos diversos “eles” que ficam de fora do discurso, nem a necessidade do estabelecimento de fronteiras, ou que elas resultam de uma disputa por poder. A teoria e o discurso hegemônicos são resultados dessas lutas e, caso outras formas de conceber e analisar o jornalismo venham a se estabelecer, serão também excludentes, embuídas de poder e resultado de lutas políticas. O problema é manter uma ordem que encara tudo isso com negação. A ideia de um viés agonista no jornalismo é partir não apenas do reconhecimento de sua posição limitada, parcial e excludente, como permitir que outras noções que questionam conceitos e práticas hegemônicas tenham espaço para serem vistas e ouvidas enquanto legítimas e jornalísticas. Não se trata de um pluralismo que tudo abarca, mas de reconhecer que não se pode abarcar tudo e ser transparente quantos às relações de poder envolvidas.

Como fazer isso no contexto brasileiro é um grande desafio, e pretendo pensar algumas das implicações disso no capítulo seguinte. Acredito, no entanto, que recorrer a uma regularidade do social, ainda que essa regularidade seja a própria irregularidade, e ao cultivo de virtudes cívicas, como faz Connolly, é demasiado otimista. Não compartilho da crença de que tais virtudes possam ser a solução para a proliferação de um pluralismo radical. Também não creio que seja possível confiar que indivíduos e profissões, como o jornalismo, irão cultivar tais atitudes. Como esperar que jornalistas ajam com respeito agonístico e responsividade crítica ao questionamento dos pilares que dão legitimidade a suas crenças, práticas e posição social? Como esperar que grandes veículos informativos recebam novas possibilidades e fazeres jornalísticos – *politics of becoming* – com respeito agonístico e responsividade crítica? Não apenas as condições práticas e materiais como a factibilidade das soluções apresentadas parecem ter ficado em segundo plano, em prol da defesa das qualidades cívicas e de uma autonomia regular do social.

### 3 POSSIBILIDADES PRÁTICAS DE UM JORNALISMO AGONISTA

Neste capítulo, faço uma síntese das contribuições da teoria agonista para pensar o contexto atual do jornalismo e procuro, em suas reflexões, ferramentas para pensar caminhos e possibilidades de um modelo de jornalismo agonista, ou de pluralismo externo. Depois de formular alguns horizontes teóricos, questiono a possibilidade prática de criação e manutenção de um jornalismo de viés agonista na sociedade brasileira.

Todas as calamidades da ação resultam da condição humana da pluralidade, que é a condição *sine qua non* daquele espaço de aparência que é a esfera pública. Conseqüentemente, a tentativa de eliminar essa pluralidade equivale sempre à supressão da própria esfera pública (ARENDDT, 1987, p. 233).

Com Arendt e sua valorização da pluralidade, das perspectivas, do embate e da política, especialmente através de seu conceito de ação, podemos questionar o caráter tiranizante dos regimes de verdade e do reino da técnica e da razão, utilizados pelo jornalismo como fundamento de seus valores proclamados.

As reflexões de Arendt não levam a conclusão de que objetivos morais devam ser descartados na política, mas apenas a pensar, prudencialmente, que uma teoria política pós-metafísica, especialmente após os acontecimentos do século XX, deve descer do pedestal e encarar plenamente sua condição de ser apenas mais uma opinião no mundo plural e agonístico da política, e, ainda que a opinião do teórico possa ser mais alargada pelo conhecimento de um repertório maior de opiniões, nunca poderá pretender estar em posse da Verdade e do Bem, uma pretensão, aliás, incompatível com o “respeito agonístico pela diferença” (CONNOLLY, 1991, p. 166), forma de

tolerância perspectivista indispensável para a construção de uma sociedade livre e plural (COSTA; ZILIO, 2013, p. 28).

Se trocarmos “teoria política pós-metafísica” por “jornalismo”, essa parece uma boa crítica para ser levada a sério também pela teoria do jornalismo e, provavelmente com mais dificuldade, pelas empresas de comunicação. Ainda que, como dito acima sobre a “opinião do teórico”, uma reportagem jornalística possa fazer o esforço de incluir um grande repertório de dados, informações e opiniões distintas, não parece positivo, nem para a democracia, nem para a legitimidade do campo, que este pretenda, e diga, estar em posse da verdade e do bem, pretensões incompatíveis tanto com as possibilidades da profissão quanto com os pilares para uma sociedade livre e plural.

Também com Arendt, no entanto, podemos encontrar fissuras que distanciam suas reflexões da prática possível nas sociedades contemporâneas e deixam brechas para reafirmar o que ela própria condena. A pretensa “imparcialidade homérica” e o aparente desejo de que ela fosse realizável, a defesa de uma objetividade ou neutralidade possível no “relator de fatos”, que diversas perspectivas considera porque é capaz de colocar-se no lugar de todas, e o elogio contraditório da “verdade fatual” – crença em sua possibilidade e afirmação de que ela é, como as outras verdades, coercitiva, mas, ao mesmo tempo e diferentemente de todas as outras, política – levam a caminhos que reforçam um discurso antipolítico, do reino da técnica, da verdade e de uma pretensa imparcialidade na política. Algumas de suas linhas de pensamento vão ao encontro de boa parte da teoria e do discurso das empresas, que eximem o jornalismo do reconhecimento de sua dimensão política, parcial, hegemônica e de sua responsabilidade para o aumento ou redução da pluralidade de perspectivas na esfera pública.

Zilio (2014) afirma que Arendt pode não pretender ser uma teórica política realista, mas reconhece as limitações que isso acarreta em sua teoria, entre elas, a quase desconsideração dos poderes econômicos, das diversas desigualdades e das impossibilidades práticas do seu pensamento.

[...] a falta de “realismo político” pode fazer com que o pensamento arendtiano se torne alheio à

política, tal como ela existe nas condições modernas. Sua insistência na autonomia da política parece levar a uma ideia de política altamente exigente, que desconsidera o aspecto estratégico da política, negligencia a força da economia (e seus múltiplos interesses) e da “ideologia” (na forma de crenças religiosas ou políticas dogmáticas e maniqueístas). Estes elementos, poderosos na política moderna, também afetam as lutas sociais e democráticas que, muitas vezes, são impulsionadas por interesses e ideologias (ZILIO, 2014, p. 121).

De Arendt levo, para fins deste trabalho, a relevância dada às perspectivas para a existência de pluralidade, da política e da constituição da realidade. Reiterar essa importância não se trata de um tipo de compaixão com os excluídos ou mais fracos nas relações de poder e na luta pela hegemonia, mas de uma valorização da existência e divulgação de variados pontos de vista para que se crie, prolifere e mantenha o debate plural de ideias e a possibilidade de questionamento, dissenso e abertura a novas formas de existência. Com Arendt, também mantenho a desconfiança em relação aos regimes de verdade, estendendo-a todos eles, inclusive o da verdade fatural.

As reflexões de Honig (1993) sobre a ação arendtiana ajudam a ampliar a dimensão política da filósofa alemã e, concebendo o jornalismo como uma forma de ação política, a trazer novas concepções e alargar a compreensão do que é jornalismo. Comecei tal desafio ao renegar boa parte dos valores base da profissão e da teoria sobre o campo e posso tentar ampliar as concepções e práticas de jornalismo para além desses valores e suas normas escritas.

Podemos pensar um jornalismo mais abrangente, em termos de “atos de jornalismo” (DEUZE; WITSCHGE, 2017), que abarque um número maior de discursos, com suas diferenças e variadas formas de apresentação. Ao interpretarmos o jornalismo como ação no sentido arendtiano, ele passa a ser político e potencialmente disruptivo, algo no qual cabe o questionamento e as saídas à norma, atitude parcial e que renega o acesso à verdade, com foco no discurso e na sua performance, sempre imprevisíveis. Podemos, com a noção de ação, rejeitar os preceitos solidificados de jornalismo – imparcialidade, objetividade, neutralidade, isenção – e abraçar um jornalismo perspectivista, que se

reconheça enquanto agente produtor de discursos, representações e apresentações e que possa não escamotear sua participação na disputa por hegemonia, dentro e fora das próprias definições do campo.

The strategy is to unmask identities that aspire to constation, to deauthorize and redescribe them as performative productions by identifying spaces that escape or resist administration, regulation, and expression. These are spaces of politics, potentially spaces of performative freedom. [...] This failure of the social to realize its ambitions means that it is possible to subvert the concretized, petrified, reified, and naturalized identities and foundations that paralyse and displace politics and to broaden the realm of the actionable, to resist the sedimentation of performative acts into constative truths and to stand by the conviction that in politics and in identity it is not possible to get it right (HONIG, 1993, p. 124).<sup>25</sup>

Chantal Mouffe também ressalta a dimensão do político e de disputa que envolve qualquer ordem hegemônica. Com ela, podemos reforçar que o jornalismo tal como se constitui é resultado de uma relação de poder, ao invés de uma expressão “natural” ou de uma conclusão racional e prática. O jornalismo conforma uma hegemonia, que é sempre excludente, parcial e contingente. Aqui, escancara-se o discurso vigente sobre o jornalismo como um discurso hegemônico e político e, ao mesmo tempo, como prática que produz, disputa e reproduz outras ordens.

---

<sup>25</sup> A estratégia é desmascarar identidades que aspiram à constância para desautorizá-las e reescrevê-las como produções performativas, identificando espaços que escapam ou resistem à administração, regulação e expressão. Esses são os espaços da política, espaços de potencial liberdade performativa. [...] Essa falha do social em perceber suas ambições significa que é possível subverter as identidades e fundações concretizadas, petrificadas, reificadas e naturalizadas que paralisam e deslocam a política, e alargar o reino da ação, resistir à sedimentação de atos performativos em verdades constatadas e manter a convicção de que, na política e na identidade, não é possível encontrar um “certo”.



Ignorar os pertencimentos de grupo, como o ideal da imparcialidade propõe, prejudica aqueles que possuem experiências diferentes dos grupos privilegiados e estigmatiza os que se desviam do padrão considerado geral, ao mesmo tempo que permite que os privilegiados ignorem ou não tematizem sua própria especificidade (Young, 1990a, p. 164-5) (MIGUEL, 2014, p. 211).

Mouffe nos ajuda a renegar a possibilidade de uma ordem ou consenso racional, reforça a crítica à impossibilidade de neutralidade ou imparcialidade e nos lembra do caráter excludente de toda ordem, fazendo com que um jornalismo de viés agonista precise se reconhecer como inevitavelmente parcial, resultado de disputas por poder, expressão e canal de interesses, que envolve afinidades e paixões e é também excludente – há sempre o “exterior constitutivo”, que conforma o “eles”, necessariamente diferente do “nós” e que nos constitui exatamente por essa diferença.

O antagonismo, tomado em seu sentido mais estrito, resulta na própria impossibilidade da constituição objetiva e necessária de uma totalidade discursiva, em razão da presença de um discurso antagônico que impede essa constituição plena. Enfatiza-se, portanto, que o ponto fundamental para o entendimento da relação antagônica é que esta ocorre entre um “exterior constitutivo” que ameaça a existência de um “interior”. Em outras palavras: um discurso tem bloqueado sua expansão de sentidos pela presença de seu corte antagônico (MENDONÇA, 2010, p. 483).

Portanto, assim como a constituição de diversas outras noções – democracia, direito, justiça, bom, senso comum, etc – a de jornalismo é um arranjo histórico, cultural e contingente que procura hegemonizar

seu discurso. É impraticável que o jornalismo consiga abarcar um consenso que abranja a todos os interesses, ou que seja capaz de produzir um discurso que adota todas as perspectivas. Sua própria definição e formas práticas já são ordens políticas excludentes, ignoram todas as outras possibilidades de tomada de decisão, de discurso, de conceber e praticar jornalismo. Para além dessa dimensão, o discurso que se produz no jornalismo, histórico, cultural e politicamente situado, inevitavelmente também ignora incontáveis outros discursos e diversas outras possibilidades e formas de conceber e de viver marginalizadas das noções mais comumente propagadas nas sociedades contemporâneas.

Quando Mouffe fala especificamente da imprensa, entretanto, não parece muito alinhada às suas próprias reflexões sobre o caráter parcial e excludente de toda ordem. Em entrevista a Nico Charpentier (2004), suas concepções sobre jornalismo refletem quase que integralmente a noção liberal e os valores hegemônicos sobre a profissão, que pouco têm a ver com uma reafirmação de seu caráter político, antagônico e excludente. Em sua formulação, a teórica parece partilhar do desejo de que o jornalista seja tão imparcial quanto possível, conheça e reproduza tantos fatos e interpretações quanto possíveis, sem se envolver em decisões e interpretações diretas sobre eles, agindo apenas como um meio para sua divulgação. Ela repete o ideal de jornalismo que tudo vê e tudo mostra. Ironicamente, ao defender o jornalismo como um canal de disputa agonista, Mouffe o despolitiza e recorre à forma de pluralismo que ela própria critica, o entendimento de que há, de fato, várias posições no mundo, mas que, sendo possível juntá-las todas, elas constituem uma forma de harmonia. Mouffe advoga por uma imprensa pluralista, mas com um pluralismo vazio de decisões e do reconhecimento de que todo pluralismo engendra conflito, antagonismo e exclusão.

Em consonância com Luís Felipe Miguel (2016), acredito que tanto a noção de Mouffe de um consenso mínimo baseado nos valores da democracia liberal, igualdade e liberdade, quanto suas reflexões sobre o jornalismo ignoram diversas disputas por poder e a dimensão de dominação presente na política e na construção de consensos de base. Tanto o campo político quanto o jornalístico exigem adaptações a sua lógica, excluindo ou punindo aqueles que resistem ou não se adaptam a elas. “A exigência do domínio de determinadas ferramentas discursivas revela, a um só tempo, ambos os limites da incorporação das vozes

subalternas aos espaços decisórios” (MIGUEL, 2016, p. 124).

Ao invés de conceber uma prática jornalística que reproduza todas as perspectivas como sinônimo de pluralidade, podemos colocar em questão o que essa prática exige daqueles que a produzem e daqueles que serão representados, como são atribuídos os mais diferentes graus de legitimidade aos mais diversos discursos, e tudo o que ela exclui sem reconhecer. O jogo de inclusão e exclusão das ordens hegemônicas envolve a necessidade constante de dissenso e o acesso a possibilidades de questionamento e defesa de práticas e concepções distintas da hegemônica. As partes em disputa precisam, primeiro, ter capacidade e abertura para disputar suas visões de mundo.

Diversos setores excluídos, tanto do jornalismo quanto de outros ambientes que compõem a esfera pública, porém, sequer conseguem acessar os meios para se fazer ver e produzir o dissenso, dimensão que Mouffe parece ter ignorado nas suas conclusões sobre a imprensa.

Essa possibilidade de operação de inclusão/exclusão de direitos a uma pluralidade de interesses e de identidades só tem efeito a partir de rearranjos hegemônicos, justamente possibilitados pela abertura do social. Contudo, parece evidente que a possibilidade de inclusão deva ser precedida por uma luta política por parte daquele que está socialmente excluído. Mas estar excluído pode significar nem sequer ter os meios para lutar pela inclusão (MENDONÇA, 2010, p. 495).

As constatações de Mouffe sobre o jornalismo provavelmente refletem o ambiente social em que ela vive. Em países da Europa, a parcela de cidadãos sem acesso a jornal ou internet é menor que na América Latina. Em diversos outros países, há maior diversidade editorial em relação ao cenário brasileiro, que conforma um panorama de concentração midiática em poucos grupos com escassa diversidade ideológica.

Mendonça (2010) também aponta algumas insuficiências do modelo pluralista agonístico de Mouffe, que ele considera pouco claro no que diz respeito às possibilidades e formas reais de implementação. Ainda que simpático ao viés agonista, ele considera o modelo

incompleto porque não vê, nas formulações da autora, algum delineamento de formas nas quais a pluralidade de princípios em disputa possa se dar, de fato, nas sociedades contemporâneas. O autor se pergunta como, por exemplo, podem ser criados ou ampliados os espaços agonísticos, como incluir as perspectivas excluídas da ordem hegemônica na arena agonística, como aumentar a pluralidade de identidades no modelo agonístico, entre outras questões que, de fato, ficam sem resposta.

Mouffe enuncia um princípio que abre várias possibilidades para se pensar a democracia contemporânea. Entretanto, como o dia-a-dia da política ocorre na dimensão ôntica, é preciso pensar instituições ou práticas políticas efetivas que façam valer o princípio agônico. Talvez esse seja ainda um capítulo a ser escrito pela autora ou por aqueles que aceitarem o desafio (MENDONÇA, 2010, p. 496).

As possibilidades práticas ou formas mais específicas de implementação de um pluralismo agonista, ou seja, que reconheça suas exclusões, mas não tire dos excluídos a legitimidade e possibilidade de disputa, parecem ficar em segundo plano na teoria de Mouffe. Porém, podemos encontrar em alguns de seus livros mais recentes algumas pistas para pensar como estimular o elemento agonístico nas democracias, e parto delas para pensar, com óbvias limitações, práticas possíveis de um jornalismo com viés agonista.

A teórica desenha uma possível alternativa, ainda que de forma genérica, sem muitas especificações: uma pluralidade de hegemonias. Uma vez que uma ordem hegemônica é invariavelmente excludente e resultado de lutas políticas, se for possível manter em ação diversas hegemonias, o “eles” de uma ordem pode ser o “nós” de outra, construindo um pluralismo no qual, não apenas uma perspectiva fale *em nome de* outras, nem haja uma ordem neutra ou generalizante, capaz de tudo incluir, mas que deixe espaço para diferentes hegemonias se construírem, representarem e disputarem poder. Mouffe defende o que chama de “mundo multipolar”, um mundo com diversos polos que permitem uma pluralidade de diferentes potências hegemônicas, tendo

como hegemonia maior a democracia.

To take account of the political in its antagonistic dimension requires acknowledging that the world is a pluri-verse, not a universe. This provokes the following question: If we acknowledge, contrary to the cosmopolitan theorists, that every order is an hegemonic order and that there is no possible order ‘beyond hegemony’, and if we also acknowledge the negative consequences of a unipolar world organized around the hegemony of an hyper-power, then what is the alternative? My suggestion is that the only solution lies in the pluralization of hegemonies. Abandoning the illusory hope for a political unification of the world, we should advocate the establishment of a multipolar world. Such a world order could be called ‘agonistic’ in the sense that it would acknowledge a plurality of region poles, organized according to different economic and political models without a central authority (MOUFFE, 2013, p. 22).<sup>26</sup>

Connolly (2005) parece desenhar uma alternativa parecida quando trata da possibilidade de disputa agonista entre crenças teístas e não teístas. Ele rejeita tanto a ideia de uma fé ecumênica, uma perspectiva generalista que a todas as fés abarca, quanto a defesa da prática da razão, localizada acima ou à parte da fé, e advoga pela construção de um *ethos* que permita o engajamento entre diferentes crenças. Reconhece, porém, que as dificuldades de tal empreendimento

---

<sup>26</sup> Considerar o político em sua dimensão antagonista requer o reconhecimento de que o mundo é um pluri-verso, não um universo. Isso leva à seguinte questão: se reconhecermos, contrariando os teóricos cosmopolitas, que toda ordem é uma ordem hegemônica e que não há uma ordem possível “além da hegemonia”, e se também reconhecermos as consequências negativas de um mundo unipolar, organizado em torno da hegemonia de um hiperpoder, então, qual é a alternativa? Minha sugestão é que a única solução está na pluralização de hegemonias. Abandonando a esperança ilusória de uma unificação política do mundo, deveríamos reivindicar o estabelecimento de um mundo multipolar. Tal ordem mundial poderia ser chamada de “agonista” no sentido de que iria reconhecer uma pluralidade de polos regionais, organizados de acordo com modelos econômicos e políticos diferentes, sem uma autoridade central.

são muitas e que as probabilidades podem apontar para outras direções.

Confiar no cultivo e aplicabilidade das virtudes cívicas essenciais para uma sociedade plural e agonista – “respeito agonístico” e “responsividade crítica” –, parece uma forma demasiado otimista de enxergar a situação. Ao deixar de lado a valorização dessas virtudes e o problema de como cultivá-las, a saída que Connolly começa a delinear para os embates das crenças religiosas – não chegar a uma perspectiva que seja razoável porque a todas inclui, nem defender um ponto de vista último e mais racional, mas apostar em um pluralismo que permita a existência dessas várias fés – se parece um pouco com a pluralidade de hegemonias de Mouffe. Ainda que de difícil aplicabilidade, reconhecer a possibilidade, mesmo que remota, de soluções não imparciais, neutras ou generalizantes, mas que colocam em disputa diversas parciaisidades conflitantes, me parece um primeiro passo frutífero para procurar novos caminhos.

Dadas as inconsistências entre o discurso e a teoria do jornalismo e sua prática, é inevitável perguntar: cabe ao jornalismo ainda pretender-se, direta ou indiretamente, fora dos conflitos e afirmar uma posição que paira sobre eles ou que os reúne ou poderia o jornalismo assumir-se como mais um dos elementos que compõem o conflito em uma sociedade agonista, sem a pretensão de reportar todas as perspectivas envolvidas em um acontecimento, renegando alguns dos valores que constroem o pilar do discurso sobre a profissão?

### 3.1 JORNALISMO DE PLURALISMO EXTERNO

Os jornalistas são os “contadores de histórias”, que vão aonde outros não podem ir, investigam temas que outros não têm possibilidade de investigar. É a profissão que alega legitimidade para relatar as mais diversas perspectivas, resumi-las, contextualizá-las, unificá-las em um todo – discurso/texto jornalístico – que faça sentido. Essa é a posição que uma visão universalista de jornalismo advoga – adotar o máximo de perspectivas possíveis, representar o máximo de ideias possível, fazer as perguntas que outras pessoas fariam, buscar o diálogo entre as diferentes esferas em prol do “interesse público”, apurar e contar histórias com a maior justiça possível, etc.

Tal postura precisa lidar com suas fissuras e incongruências. Os jornalistas podem identificar-se como os indivíduos capazes de cruzar as fronteiras das perspectivas, compreendê-las e representá-las através do

discurso tido como “jornalístico”, mas sua legitimidade parece ruir frente à impossibilidade prática de tais ideais. De que adianta repetir ideais à exaustão quando poucos creem que o jornalismo seja capaz de atingi-los? Se o jornalismo fala pelo “interesse público” e esse público não se vê representando, nem em seus interesses, nem nas imagens que vê de si, como seguir falando da defesa de um “interesse público”?

Arendt vê o agonismo, o debate entre diferentes perspectivas no espaço público, não como um *meio* para atingir o consenso, mas como a atividade através da qual o homem e o caráter comum do mundo se revelam, por meio da atualização *neste mundo* da condição humana da pluralidade. Para tanto, seria necessário um compromisso com a criação de *espaços de aparência agonísticos* em que os cidadãos, por meio de palavras e atos, expressassem suas opiniões, mostrassem suas *performances*, deixando suas marcas sobre o seu *mundo comum*. (ZILIO, 2014, p. 123, grifo da autora).

Um jornalismo que se pretende universal acaba por dissimular e apagar justamente a condição de sua existência, que é política e calcada nas representações e diferenças. As limitações impostas pela perspectiva podem ser, ao mesmo tempo, potencialidades de definições e práticas mais amplas, que permitam e deem vazão a mais multiplicidades.

Podemos nos inspirar no raciocínio de Connolly (2005) quanto às crenças teístas e não teístas, e concluir, assim como ele, que talvez não seja desejável uma perspectiva generalista que tudo abarca – fê ecumênica –, ou seja, o jornalismo plural, universal e generalista que a todos os pontos de vista e dissensos abarca em uma unidade base, a reportagem. Também não parece ser a melhor alternativa a busca de um consenso último, racional e imparcial – a adoção de uma “razão” acima da fé –, ou seja, o jornalismo imparcial, neutro e objetivo, acima das paixões, interesses, impossibilidades, congruências e perspectivas.

Ao invés de, no entanto, seguir com ele na defesa de um *ethos* de engajamento público entre fés alternativas, baseado no cultivo de virtudes cívicas, podemos considerar a construção de um novo *ethos* profissional, capaz de renegar alguns dos principais valores bases do

jornalismo, tanto como uma forma de admitir suas impossibilidades práticas e reduzir as desonestidades e incongruências entre prática e discurso, quanto como maneira de construir novos horizontes para a teoria do jornalismo e sua prática.

Quando se assume que é possível produzir e representar satisfatoriamente um “eles” – uma comunidade, um povo, uma demanda, uma ideia – sempre a partir de uma mesma, ou de poucas, perspectivas de forma neutra, quando se acredita que os vários “eles” falam *a partir de e sobre* os mesmos códigos, com a mesma valoração que um único “nós”, e que todos podem ser reunidos em um grupo diverso, mas geral, é a possibilidade de pluralidade, a extensão do mundo comum, portanto, da realidade, que se reduz.

[...] a competição por maiores fatias do mercado, ao contrário do que dizem seus apologistas, muitas vezes leva à uniformização dos conteúdos (Bourdieu, 1996b). Basta observar os grandes jornais brasileiros ou a grade de programação das redes de televisão que seguem sempre o mesmo padrão com pequenas diferenças cosméticas. Entre um telejornal e outro, por exemplo, o diferencial está mais na vinheta de abertura ou na enunciação de voz do apresentador do que no conteúdo e no enfoque das notícias. Não só no Brasil, aliás, as pesquisas têm comprovado essa similitude básica nos meios de comunicação, que reduz a concorrência aos aspectos secundários. Por fim, há o fato de todos os grandes órgãos de imprensa compartilharem de uma mesma visão de mundo, que inclui, sobretudo, o compromisso com uma forma determinada de ordem econômica. Um grande órgão de imprensa é necessariamente uma grande empresa capitalista; e, ademais, sua manutenção depende de anunciantes que também são, por sua vez, grandes empresas capitalistas. Uma tomada de posição *contra* o capitalismo, nessas condições, é muito improvável (MIGUEL, 2014, p. 148).

Ao unir a reflexão de Connolly sobre as distintas formas de



crença religiosa, o compromisso com a criação de “espaços de aparência agonísticos” de Arendt e a ideia de “pluralidade de hegemonias” em convívio de Mouffe, podemos nos questionar se tal pluralidade pode ser factível no jornalismo brasileiro e, a partir disso, pensar em cenários alternativos.

A democratização da esfera política implica [...] tornar mais equânime o acesso aos meios de difusão das representações do mundo social. Isto significa, principalmente, dar espaço na mídia às diferentes vozes presentes na sociedade, para que participem do debate político. Mas significa também, e crucialmente, gerar espaços que permitam aos grupos sociais, em especial os dominados, formular suas próprias interpretações sobre suas necessidades e seus interesses [...]. O caminho, portanto, não passa pela “neutralidade” dos meios de comunicação, como se depreende do modelo habermasiano da esfera pública, mas por um verdadeiro *pluralismo*, que os mecanismos de mercado, como visto, não proveem (MIGUEL, 2014, p. 154).

A questão que se coloca, portanto, é se a diversidade de perspectivas poderia ser mais bem representada, no jornalismo brasileiro, com um *pluralismo externo, agonista* – através de diferentes veículos que representam orientações políticas e perspectivas distintas e bem demarcadas, constituindo vários centros de diferentes hegemonias – ao invés de com um *pluralismo interno, universalista* – veículos que procuram reportar as notícias de forma “universal” e “equilibrada”.

Uma vez que qualquer modelo ou concepção de jornalismo vai se constituir numa ordem, com todas as exclusões e decisões que isso acarreta, não parece que confiar em um modelo único, ou em vários veículos que partilham dos mesmos ideais e das mesmas formas do “fazer jornalístico”, seja compatível com um pluralismo de hegemonias. Se todas as ordens e perspectivas jornalísticas serão excludentes, mais plural seria que, as excluídas também constituíssem uma ordem, que criará outros “eles”, que podem ser o “nós” do seu próprio discurso em outro veículo informativo, outro polo de hegemonia, e assim por diante.

Para que tal concepção se constitua em uma ordem hegemônica sem recorrer a um relativismo exacerbado ou à concepção de que “todo e qualquer discurso é válido”, há de haver um pano de fundo básico consensual em que esses diversos polos se desenvolvem e convivem. Afinal, um jornalismo agonista e plural constitui uma perspectiva que se pretende hegemônica e, portanto, inevitavelmente excludente. Nenhuma concepção de jornalismo, mesmo uma que preveja a abertura, a disputa e a possibilidade de existência concomitante de concepções antagônicas a ela e entre si, pode se ver livre de suas dimensões decisórias e excludentes, do político. Não irá esconder os confrontos sociais, nem forjar impunemente que há um consenso sobre todas as ordens vigentes, resultado de uma racionalidade última.

O consenso básico para se construir uma ideia e prática de jornalismo agonista pode ser a *pluralidade de discursos considerados legítimos*, essencial para que haja várias hegemonias em disputa. Portanto, é desejável que 1) uma grande variedade de discursos possa ser considerada “jornalismo”. Isso se dá a partir da negação dos valores tradicionais, da ideia de verdade e do reconhecimento e reafirmação da parcialidade, do dissenso e do político que envolvem todo discurso e toda perspectiva; 2) haja abertura para outras formas de conceber jornalismo questionarem a ordem vigente, disputando posições hegemônicas; 3) dessa variedade de práticas aceitas como jornalismo legítimo, se excluam aquelas que pretendem aglutinar todas as outras, minar a pluralidade de discursos e perspectivas aparentes e eliminar o conflito, como poderia fazer, por exemplo, um discurso por uma concepção de jornalismo neonazista. A ideia é que possa haver uma ordem vigente plural o suficiente para incluir a possibilidade de outras hegemonias e permitir que diversas perspectivas disputem e criem seus polos hegemônicos.

Esse consenso de base – pluralidade de discursos considerados legitimamente jornalísticos e, por consequência, a possibilidade de embate entre distintas concepções de jornalismo – pretende não apenas evitar a dissolução do pluralismo agonista, mas também a imposição de um consenso que ignora as relações de dominação e as diferenças na possibilidade de criação e visibilidade dos discursos.

O ideal da imparcialidade é enganoso, na medida em que não existe o ponto arquimediano que nos permitiria escapar de nossas perspectivas

socialmente situadas. O que é possível, isto sim, é uma determinada perspectiva ganhar curso como sendo não situada: a ilusão da imparcialidade é a imposição de um ponto de vista dominante, que aparece diante dos outros como sendo neutro, desvinculado de interesses e valores (Young, 1990a, p. 97). Há, aqui, um poderoso mecanismo de reprodução das relações de dominação que, ao negar o caráter situado dos discursos dominantes, faz deles porta-vozes do interesse universal, em contraposição aos interesses necessariamente parciais dos outros (MIGUEL, 2014, p. 211).

Com o alargamento da concepção do que *pode ser* jornalístico, pretendo evitar que as regras do jogo sirvam, mais uma vez, para excluir os muitos grupos desfavorecidos de voz, representação e visibilidade. Ao ampliar a profusão de perspectivas que podem ser autoras da própria visibilidade e utilizar os próprios códigos de produção e representação, a exclusão volta-se justamente para as concepções que a muitas outras pretende negar, que parecem cegas às diversas camadas de desigualdades, que reduzem o dissenso e a possibilidade de pluralidade democrática.

Feitas as considerações sobre as fronteiras de um jornalismo agonista ou de pluralismo externo, assumidamente parcial em cada veículo, podemos considerar algumas das possibilidades, consequências e dificuldades de seu desenvolvimento e permanência.

Uma vez que cada canal jornalístico falará *a partir de e por* um ponto de vista particular e explícito, pode parecer que a preocupação com a abertura para o conflito seja anulada. Porém, assumir a incongruência entre discurso e prática jornalísticos e repensar sua vontade e possibilidade de unir diversos pontos de vista não é negar o político ou o dissenso. Pelo contrário, pretende-se que o divergente tenha lugar, visibilidade e voz no escopo geral do que se considera jornalismo, ou seja, possa ter seus próprios canais de produção de sentido e representação considerados legítimos.

A ideia não é, como parece interpretar Mouffe (2014), que o campo jornalístico se constitua em uma produção de bolhas de realidade que não entram em contato com o dissenso e a contradição porque assumem a parcialidade inevitável de suas produções. Em entrevista, Mouffe afirma, por isso, ser cética quanto à contribuição que as novas

mídias podem trazer para o agonismo.

I would also like to insist on the importance of the idea of the agonistic public space. The problem is that – and I am not the only one to point to this – many people are not using this incredible possibility of choice. In fact, it perversely allows people to just live in their little worlds, and not being exposed anymore to the conflicting ideas that characterize the agonistic public space. Old and new media are making it possible to only read and listen to things that completely reinforce what you believe in. Take for instance Fox in the United States. I do not think that this is at all good for democracy, because for me democracy is precisely this agonistic struggle where you are being bombarded by different views. The new media are not going into that direction. It reminds me of a form of autism, where people are only listening to and speaking with people that agree with them. To put it in a nutshell, I do not see that the new media would automatically be supportive to the creation of an agonistic public space. And for me that is what democracy is about. I am not saying that they are necessarily unsupportive, they could of course be used in a way which supports an agonistic public space, but so far I do not think that they are being used in this way (MOUFFE, 2004, p.5-6).<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> Eu gostaria também de insistir na importância da ideia do espaço público agonista. O problema é que – e eu não sou a única a apontá-lo – muitas pessoas não estão usando essa possibilidade incrível de escolha. Na verdade, isso permite, perversamente, que as pessoas vivam em seus pequenos mundos e não sejam mais expostas a ideias conflitantes que caracterizam o espaço público agonista. Velhas e novas mídias estão tornando possível apenas ler e ouvir coisas que reforçam o que já se acredita. Pegue por exemplo a Fox, nos Estados Unidos. Eu não acho que ela seja boa para a democracia, porque para mim a democracia é precisamente essa disputa agonista na qual você é bombardeado por diferentes pontos de vista. As novas mídias não estão indo nessa direção. Me lembram uma forma de autismo, na qual as pessoas apenas ouvem e falam com quem concorda com elas. Para resumir, eu não vejo as novas mídias apoiando automaticamente a criação desse espaço público agonista. E, para mim, a democracia é sobre isso. Não estou dizendo que elas, necessariamente, não contribuam, podem, é claro, ser usadas de maneira a incentivar um espaço público agonista, mas, até agora, não acho que isso é o que tem sido feito.

O raciocínio traz muitas inconsistências em relação à própria teoria da autora. Ao dizer que o contexto atual “perversamente permite às pessoas que vivam apenas em seus pequenos mundos, sem serem mais expostas a ideias conflitantes”, Mouffe expõe uma noção de difícil comprovação sobre hábitos de consumo de informação. É possível inferir e comparar quando, se e como essa situação se dava antes? Como dizer o que as pessoas de fato liam e absorviam quando tinham acesso a menos informações? Esse fechamento, caso exista, não pode ser primeiramente analisado como hábito dos indivíduos e grupos nas sociedades contemporâneas, como alinhamento político, como ação política, mais do que como algo que a mídia deliberada e unicamente produz?

Por trás dessa linha de pensamento aparece uma ideia de indivíduo ou sociedade passiva, que não reflete sobre as informações que recebe, que se limita a ser exposta à informação, mas nada procura ativamente, nem expõe, discorda ou vê. Parece que se a mídia jornalística não mostrar tudo junto e de uma só vez, as pessoas não terão acesso àquelas informações, sem perceber ou imaginar que pode estar lhes faltando algo. É como se as pessoas fossem restritas ao mundo que a imprensa mostra e a um único canal ou veículo informativo. Mesmo com o discurso jornalístico hegemônico que afirma mostrar tudo que importa no mundo em um lugar só, empacotar a realidade em todas as suas nuances, dimensões e perspectivas e entregá-la rápida e ordenadamente, essa concepção já é, ao menos em algum grau, menor ou maior, pouco ou muito, desacreditada. Na afirmação de Mouffe, o indivíduo é um receptor passivo que nada questiona, nenhuma informação compara e parece ver o mundo apenas pelos olhos de um ou outro veículo informativo, acreditando piamente na exclusividade do que vê.

A exposição a perspectivas distintas, a novas possibilidades de escrever, apresentar e representar o mundo por diversos pontos de vista, o acesso cada vez maior a diferentes discursos e tipos de mídia, principalmente no caso do jornalismo agonista que aqui estamos imaginando, pode, ao contrário, ajudar a ampliar o acesso e a produção de sentido e do mundo comum. Se houver um reconhecimento público da parcialidade de cada veículo de informação, por princípio se sabe, ou se tem mais chances de saber, que a informação, o relato e a interpretação divulgadas são *uma* versão, criada a partir de *uma* perspectiva específica sobre o mundo.

Responsabilizar a mídia pelas “bolhas de realidade” é tratá-la como a instituição superpoderosa que a própria Mouffe nega que ela seja. É impossível que uma peça jornalística seja neutra e não expresse parcialidade ou prioridade para determinados acontecimentos, concepções, pontos de vista e interpretações. Além disso, a própria decisão sobre o que ler e não ler, por exemplo, não carrega nada de intrinsecamente errado, afinal, são escolhas, e que podem envolver certa dimensão política. Decidir sobre que tipo de informação acessar, seja dentro de um mesmo veículo, seja na escolha de determinado veículo, envolve exclusões, parcialidades e prioridades.

Um mosaico de diversos veículos jornalísticos que partam de pontos de vista e intenções distintas pode estar mais próximo do ideal de democracia e debate agonista que Mouffe defende do que recorrer à cobrança de que o jornalismo seja generalizante, neutro e universal. O que ela, paradoxalmente, requisita da mídia é a produção de um discurso a partir de um ponto no qual se enxerga todas as perspectivas e a todas elas apenas reproduz, numa só peça, num só veículo, com justeza e imparcialidade.

Concordo com a autora quando ela não acredita que as novas mídias irão, automaticamente, fomentar a criação de um espaço público agonista. De fato, principalmente se repetirem a exaustão as ilusões de neutralidade, acesso e reprodução da verdade, possibilidade de a todas as perspectivas abarcar, isenção e objetividade. Em uma concepção de jornalismo agonista, porém, a criação de novas mídias pode ser bastante frutífera para o aumento das perspectivas visíveis e do dissenso, na medida em que ampliam os pontos de vista conhecidos sem pretender eliminar a existência dos outros.

Ao focar na amplitude dos pontos de vista que visibilizam a si próprios, pressionamos o discurso consolidado do fazer jornalístico, ao mesmo tempo em que alargamos os pontos de vista que se fazem presentes na esfera pública e, portanto, alargamos a política e o mundo comum. Ao invés de confiar a uns poucos a consideração de distintas perspectivas, um ambiente de jornalismo agonista pode possibilitar que várias e conflitantes perspectivas sejam produtoras de discursos e representações, de si e dos outros. Portanto, o pluralismo externo não trata de um fechamento ao confronto, mas de reduzir a concentração dos discursos e ampliar o espaço para mais perspectivas.

Pode-se argumentar que as pessoas não têm, em geral, tempo, nem interesse, em ver a mesma notícia em diversos veículos

jornalísticos para comparar e conhecer vários pontos de vista sobre um mesmo acontecimento. De acordo. Um pluralismo externo no jornalismo, porém, não é apenas sobre poder comparar uma mesma notícia dez vezes em dez lugares diferentes, mas é, em primeiro lugar, sobre assumir a parcialidade já praticada pelos veículos de informação. O que se produz já é, porque só pode ser, parcial, excludente e político. O ponto de partida é que isso seja explicitado sem pudores.

Em segundo lugar, não se espera que todos os veículos noticiem sempre os mesmos acontecimentos. Como cada canal informativo assume sua parcialidade, isso envolve também o processo de seleção e produção de notícias como um todo. As decisões do jornalista e de uma mídia em particular são orientadas pela perspectiva possível e reconhecidas enquanto tal. Portanto, pode-se esperar notícias, interpretações, acontecimentos e produções distintas em cada um deles, em todas as esferas da produção do discurso.

Em terceiro lugar, a ideia de um jornalismo agonista prevê diversos polos que advogam ordens diferentes e produzem hegemonias distintas. Portanto, nada impede que, em um cenário que abre espaço para dissenso e crítica, um ou mais veículos se afirmem generalistas, com a pretensão de abarcar o maior número de acontecimentos possível a partir de diversas perspectivas, tal qual se faz atualmente. A diferença é que esse não será o discurso único, nem negará a parcialidade e as exclusões de todos os outros veículos ou a própria. Será um, entre outros, polos hegemônicos, que luta por seu lugar na produção de discursos, desde que não almeje minar a pluralidade dos outros que não se afirmam enquanto tal. Não é presumido que veículos que pretendam abarcar diversos acontecimentos e tentem aglutinar em um só texto variados pontos de vista deixem de existir, mas que se constituam como uma opção dentre outras e admitam a parcialidade e a dimensão política de seu próprio discurso, que fala em prol do neutro e do universal.

Com Mouffe, também lembramos da importância das paixões e da mobilização para as democracias agonistas e para a prática do dissenso, ambas possíveis a partir do conhecimento de representações conflitantes do mundo.

A mobilização exige politização, mas esta não pode existir sem a criação de uma representação conflituosa do mundo, com campos opostos com os quais as pessoas possam se identificar,

permitindo assim que as paixões sejam mobilizadas politicamente no âmbito do processo democrático. Tomemos por exemplo o caso do voto. O que a abordagem racionalista é incapaz de compreender é que o que leva as pessoas a votar vai muito além da simples defesa de seus interesses. Existe uma importante dimensão afetiva no ato de votar e o que está em jogo ali é uma questão de identificação. Para agir politicamente, as pessoas precisam ser capazes de se identificar com uma identidade coletiva que ofereça uma ideia de si próprias que elas possam valorizar. O discurso político não tem para oferecer somente programas políticos, mas também identidades que possam ajudar as pessoas a compreender o que estão vivenciando e lhes dê esperança para o futuro (MOUFFE, 2015, p. 23-4).

Ao encarar os discursos jornalísticos também como discursos políticos, podemos trabalhar com a mesma ideia: o que a abordagem generalista, racional e imparcial deixa passar é que as pessoas podem se interessar por ler, assistir ou ouvir a uma produção jornalística não apenas para suprir a necessidade básica de informação sobre o mundo, ou para ficar a par de dados e informações que lhes interessam diretamente, mas pode haver uma importante dimensão de identificação no ato de escolher determinado canal para ler produções e representações do mundo.

Escolher um veículo jornalístico em detrimento de outro pode ser também escolher de quais perspectivas se aproximar ou se afastar, identificar-se mais com uma e menos com outra. Assim como produzir jornalisticamente é um ato político, a escolha de determinados canais de informação, principalmente em um contexto de pluralismo externo e agonista – no qual os discursos admitem-se parciais e políticos – pode ser também ato político, uma identificação com determinada identidade coletiva. O discurso jornalístico não precisa oferecer apenas relatos “neutros e imparciais”, mas também, assim como o discurso político do qual faz parte, identidades e possibilidades de construção, reconhecimento e reafirmação de si.

Ainda não se conhece a relevância desse tipo de dimensão na



escolha das leituras jornalísticas. Ora se afirma a pouca importância da identificação, ora se diz que ela tem importância decisiva. De qualquer forma, podemos reconhecer que ela *pode ser* uma dimensão importante. O aumento da assinatura de jornais nos Estados Unidos, no início de 2017, logo após a eleição de Donald Trump como presidente, que com frequência critica os meios de comunicação como produtores de notícias falsas, pode ser um indício dessa dimensão política nas decisões do público. Diversos veículos de alcance global, como o *New York Times*, *Washington Post* e *Financial Times*, registraram aumento nos acessos e assinaturas digitais. Em março de 2017, o *New York Times* chegou, pela primeira vez, à marca de três milhões de assinaturas, somando impresso e digital. O *Washington Post* alcançou, na mesma época, e pela primeira vez, 300 mil assinaturas digitais. A revista *New Yorker*, que ganhou assinaturas a um ritmo mensal 300% maior que em 2016, ultrapassou um milhão de assinantes, somando edições impressa e on-line.<sup>28</sup>

Ainda carece de evidências mais sólidas, mas o aumento de assinaturas pode indicar uma reação à Trump – se sou contrário a ele, vou alinhar-me ao discurso que ele caracteriza como inimigo, o da imprensa –, portanto, um ato político e de identificação coletiva.

Em artigo sobre a objetividade no jornalismo brasileiro, Flávia Biroli e Luís Felipe Miguel (2012) analisam o discurso da revista *Veja* em duas reportagens de capa que tratam do “risco” de que, com a vitória de um candidato petista – primeiro Lula, depois Dilma Rousseff – os setores “extremistas” do partido ganhem força. As reportagens são de outubro de 2002 e julho de 2010. Os autores consideram a revista como um exemplo da tensão e das contradições que envolvem o ideal da objetividade e sua relação com a prática jornalística. “[...] pode-se dizer que a objetividade canônica é abandonada, sem que se abandone o ideal de um jornalismo que não toma partido e é capaz de afastar-se dos interesses e perspectivas parciais” (BIROLI; MIGUEL, 2012, p. 34).

Na análise, constatam que o discurso das reportagens de *Veja* pode ser identificado como altamente parcial, recorrendo a adjetivos e a recursos incomuns em peças jornalísticas não classificadas como “opinião”. *Veja* rompe com os cânones da objetividade de forma mais acentuada que a média da mídia brasileira, sem, no entanto, comprometer sua posição de destaque com o público em geral.

---

<sup>28</sup> Dados retirados de reportagem publicada no site da *Folha de S. Paulo*, em março de 2017, “Eleição nos EUA alimenta avanço de assinatura de jornais”. O levantamento, segundo o jornal, foi realizado pelo consultor e analista de mídia Ken Doctor.

Concluem, portanto, que o que torna possível tal manobra e faz com que ela “sequer seja percebida” é o fato de que revista e leitores compartilham de um mesmo universo mental, há uma cumplicidade em seus códigos de interpretação do mundo. Essa cumplicidade, afirmam, é reiterada ao longo de anos e reforçada pela identidade entre posição social dos jornalistas da revista e a de seus leitores e pela posição da revista na conformação dos valores compartilhados e do senso comum.

A dependência cognitiva do público em relação aos meios de comunicação e o baixo grau de pluralidade desses últimos são variáveis importantes nessa relação. Consideradas, impedem uma simplificação: a ideia de que a percepção clara de posições e interesses por parte do público orientaria a escolha de um veículo de informação, que atuaria então como representante de um segmento específico da população. O equívoco, nesse caso, está em tomar o vínculo entre os veículos de comunicação e seu público como a mera formalização de posições e entendimentos que o antecederiam. Trata-se, diferentemente, de uma relação complexa e que se estende no tempo, na qual as representações da realidade social são alimentadas por um noticiário factual que é, por sua vez, resultante de representações específicas dessa mesma realidade. A neutralidade é, portanto, o efeito de parcialidades que coincidem ou se assemelham em contextos nos quais o jornalismo tem uma atuação importante na lapidação dos consensos (BIROLI; MIGUEL, 2012, p. 42).

Apesar de os autores reconhecerem a impossibilidade da objetividade e o fato de que *Veja* incorpora um projeto político como imperativo moral, impedindo assim que seu discurso seja entendido como parcial, a consideração de que ler *Veja* possa ser uma escolha, mais ou menos consciente, mas, de qualquer forma e em qualquer grau, uma decisão política de identificação não aparece no arcabouço de conclusões do artigo. O fato de que a revista seja mais explicitamente parcial sem perder a credibilidade de que goza no cenário nacional só

pode ser produto de uma congruência entre valores e posição social dos leitores e da revista, reforçada ao longo de anos e que passa de forma despercebida entre seus leitores.

Esses, por sua vez, acreditam que *Veja* é neutra, diz “a verdade” e não percebem que seu discurso é mais marcadamente parcial que a média da imprensa nacional. Ora, por que não há espaço para outras conclusões que valorizam mais a agência e a decisão dos leitores? Os leitores de *Veja* não podem comprar a revista porque percebem a diferença entre essa e outras agendas e se identificam com ela? Não podem querer saber do mundo através de *Veja* porque ela lhes conta o mundo a partir de uma perspectiva que querem conhecer e da qual compartilham?

Presumir que o público de *Veja* não perceba a agenda política da revista é presumir um público desatento, que não acessa qualquer outro veículo jornalístico, que não tem conhecimento de outras perspectivas críticas às da revista, que tem raro acesso à internet ou a posições contrárias. Sabe-se que o pluralismo nas mídias jornalísticas brasileiras é bastante reduzido, mas disso decorrer que seus leitores não percebem essa parcialidade pode ser exagero. Tamanha falta de pluralismo ou acesso a outros meios de informação jornalística não parece ser o caso do público alvo da revista, majoritariamente classe média. Que os valores dos leitores e os do discurso produzido pela revista sejam os mesmos parece evidente, mas afirmar que o próprio público não percebe que essa afinidade advém de uma parcialidade sua e da revista é arriscado. O leitor pode notar essa congruência e, justamente por isso, comprar *Veja*.

A consulta a determinado veículo jornalístico e o não questionamento quanto à sua parcialidade podem envolver também a materialização de um *habitus* de classe, como define Bourdieu (1996, 2007). O *habitus* é um princípio gerador e unificador de práticas que faz das características de uma posição social um estilo de vida, um conjunto homogêneo de escolhas que se distingue de outros. As diferenças de atitude, gestos, roupas, modos de ser e de se portar são, para Bourdieu, marcas do *habitus*. Assim, o *habitus* gera práticas classificáveis e um sistema de classificação que constituem o mundo social tal como é representado, “os espaços dos estilos de vida”.

As diferentes condições de existência produzem *habitus* distintos e classificações. Ao serem percebidas através dessas divisões, as diferenças práticas tornam-se diferenças simbólicas e princípios de

distinção. Também o gosto, para Bourdieu (2004), é um sistema de classificação alicerçado nas condições sociais do agente. As pessoas se classificam e se expõem à classificação de outros ao escolherem atributos, roupas, bebidas, lugares para frequentar, esportes, alimentos, amigos e, também, veículos jornalísticos. Os agentes costumam escolher experiências, bens e pessoas que ocupam uma posição homóloga à deles no espaço social. Portanto, comprar *Veja* pode envolver, para além de semelhanças não percebidas nos códigos do mundo e de uma identificação política, a expressão de um *habitus* de classe.

Tanto a análise de Biroli e Miguel (2012) quanto os argumentos levantados aqui não são suficientes para concluir uma hipótese ou outra, nem para afirmar a possível predominância de qualquer uma delas. Concordo com ambos quando afirmam que é uma simplificação a ideia de que escolher *Veja* parte necessariamente da percepção clara de posições e interesses com base em preferências políticas bem demarcadas.

[...] in daily practice, media use seems in most cases not to be based on active and conscious choices. It is so intimately integrated with other social practices that it almost becomes a background activity instead of a deliberately performed act. Moreover, paradoxically, people use media they do not like while they do not use what they actually prefer (SWART; PETERS; BROERSMA, 2016, *apud* BROERSMA; PETERS, 2016 p. 12).<sup>29</sup>

A relação é mais complexa do que uma clara percepção das próprias preferências políticas, mas é também mais complexa que a pura e simples falta dessa percepção através da conformação com uma produção de senso comum pela revista e do compartilhamento de valores não percebidos. É uma relação de mão dupla: muitas

---

<sup>29</sup> [...] na prática diária, o uso das mídias parece, na maioria dos casos, não ser baseado em escolhas ativas e conscientes. Ele está tão intimamente integrado a outras práticas sociais que quase se torna uma atividade contextual, ao invés de uma ação deliberada. Além disso, paradoxalmente, as pessoas consultam mídias de que não gostam, enquanto não consultam as mídias que preferem.

representações da realidade são criadas pelo noticiário, que, por sua vez, é resultado de representações existentes e específicas dessa realidade.

Procurei apenas ressaltar que acessar um veículo de informação em particular *pode* envolver uma dimensão de decisão política consciente e uma busca para dar vazão a paixões, identificações e mobilizações. Um jornalismo com viés agonista, de pluralismo externo, pode ser um canal mais explícito e honesto de mobilização de interesses, pois reconhece suas parcialidades. Assim, o público pode, com mais facilidade, identificar posições e constituir relações de identidade política com o jornalismo.

Alguns dos pontos positivos de um modelo de jornalismo com pluralidade *externa*, identificado como jornalismo agonista, foram explicitados até aqui. Idealmente, esse ambiente permite um jornalismo que possa reconhecer e exprimir a parcialidade, abrir mão de uma verdade última, negar a objetividade e a isenção e adotar a postura de agente político, ativo e participante das lutas e dissensos que produz e reproduz. Quando mudam os valores que embasam teoria e prática jornalística, muda também o que *é* o jornalismo. Mudam-se os horizontes da bússola, muda o caminho que ela indica.

Um modelo de jornalismo que tenha como horizonte um viés agonista carrega as vantagens de, ao menos possibilitar, que mais discursos, vozes e representações sejam consideradas legítimas e não sejam descartadas por sua suposta “parcialidade”, em comparação a um discurso que parece superior ao vender impossibilidades (ser imparcial, objetivo, neutro, isento). As vantagens de um jornalismo agonista incluem garantir que mais “nós” falemos sobre si, exponham sua representação de si e dos outros. Ampliar a quantidade de pontos de vista que falam com legitimidade na esfera pública pode aumentar a pluralidade e alargar o “mundo comum”, permitindo mais espaço para o debate, o dissenso e a atuação política. Não são apenas mais vozes que se fazem ouvir no discurso público, mas mais perspectivas podem mostrar os códigos pelos quais enxergam e agem no mundo.

A questão que se impõe, porém, é a de como produzir essa ordem hegemônica que inclui a possibilidade de vários polos com outras hegemonias. Como permitir a existência de diferentes hegemonias no jornalismo?

A mudança do *ethos* jornalístico parte de 1) um reconhecimento da impossibilidade de realização de suas promessas vigentes e sua incongruência com as práticas diárias; 2) da necessidade de buscar

novas soluções para a situação indefinida e desafiadora na qual se encontram tanto sua teoria quanto suas práticas, com a crescente descrença na profissão, a precarização do trabalho, o desenvolvimento e popularização da internet, etc; e 3) do reconhecimento de que o jornalismo tal qual se concebe, muitas vezes, contribui para a redução do pluralismo.

Não podemos recorrer, como Connolly, à crença em virtudes cívicas quase que espontâneas que irão criar, manter e reforçar a prática da pluralidade e do dissenso que respeita a existência e o direito do outro. A mudança do *ethos* profissional e teórico do jornalismo, embora necessária, não parece suficiente para que sejam traçados novos caminhos teóricos e práticos.

Quando se abandona uma concepção de jornalismo que pretende certa neutralidade e universalidade e defende-se um pluralismo externo, tem de se supor que haja oportunidades para que existam, com certa paridade de alcance e relevância, diversos veículos que possam representar distintas posições políticas e perspectivas. Esse parece um cenário difícil no Brasil, no qual poucas famílias concentram a maioria dos veículos jornalísticos de audiência considerável, tanto em relação a jornais e revistas quanto canais de televisão, estações de rádio e portais na internet.

O setor da comunicação no Brasil apresenta características de um oligopólio: Seis redes privadas, por meio de 138 grupos regionais, controlam 668 veículos no país; em 2007, o mercado de mídia ultrapassou R\$ 8,2 bilhões (segundo Intermeios e Meio & Mensagem); apenas o segmento televisão somou R\$ 4,88 bilhões no mesmo período, e uma única emissora – a Rede Globo – abocanhou 54% das verbas publicitárias, ficando a vice-líder com uma fatia de 20% [...] (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 3).

Um projeto que pesquisa a propriedade de mídia em diversos países, *Media Ownership Monitor* (MOM), realizou, em 2017, o

levantamento brasileiro<sup>30</sup> e concluiu que cinco grupos<sup>31</sup> concentram mais da metade dos 50 veículos de informação com maior audiência no país, incluindo TV, rádio, mídia impressa e veículos on-line. Dos 26 grupos ou empresas proprietários dos veículos analisados, 21 possuem atividades em outros setores econômicos, como o financeiro, imobiliário, agropecuário, de educação, energia, transportes, infraestrutura e saúde. Os quatro principais grupos de mídia concentram grande parte da audiência nacional, que ultrapassa os 70% no caso da televisão aberta – só a audiência da TV Globo soma mais de 36% do total. O grupo que atinge a maior audiência total, Grupo Globo, alcança, sozinho, uma audiência maior que as audiências somadas do 2º, 3º, 4º e 5º lugares.

Dada tamanha concentração de propriedade e audiência dos veículos de mídia no país e o cruzamento de diversas posições de poder – há proprietários de canais ligados ao campo político, religioso e diversos setores econômicos –, o ambiente parece árduo para incluir mudanças que procuram ampliar a quantidade de discursos considerados legítimos e reiterar a parcialidade e atuação política do jornalismo.

Mesmo que haja novas práticas baseadas em novas concepções do fazer jornalístico, elas precisarão adentrar na luta pela hegemonia com a desvantagem de encontrar uma grande e sólida concentração de renda, interesses, audiência e poder. Miguel (2014) destaca que há um interesse de classe compartilhado pelos controladores dos meios de comunicação. Sua afirmação vai ao encontro de um dos resultados da pesquisa MOM no Brasil, que indica 10 nomes entre os proprietários dos canais de mídia no país como bilionários já listados pela revista

---

<sup>30</sup> O projeto MOM é financiado pelo governo da Alemanha e foi criado pela ONG internacional Repórteres Sem Fronteiras. Até o momento, realizou levantamentos e relatórios sobre a propriedade de mídia em doze países. No Brasil, a pesquisa foi realizada em conjunto com a ONG brasileira Intervozes. Para definir a propriedade de cada veículo de comunicação, o projeto utilizou dados de bancos oficiais, órgãos públicos e centros de pesquisa, a começar pela consulta do CNPJ no site da Receita Federal. Também foram solicitadas informações ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Dados de audiência foram retirados, principalmente, das pesquisas Kantar Ibope Media 2016 Worstation, Mídia Dados Brasil 2017, IPSOS Connect 2016 e do Índice de Prestígio (IPM), publicado pela Meio & Mensagem e pela Pesquisa Brasileira de Mídia 2016.

<sup>31</sup> Nove veículos pertencem ao Grupo Globo, cinco ao Grupo Bandeirantes, cinco à família Macedo (Grupo Record e IURD), quatro ao grupo NSC (antiga RBS) e três ao Grupo Folha.

*Forbes*<sup>32</sup>.

Há também que se considerar a desigualdade de acesso aos discursos que circulam na esfera pública e a desigualdade de oportunidade para deles participar, que esbarram em várias outras disparidades: de tempo, condições materiais, acesso a conhecimento e aos códigos de produção dos discursos tidos como mais legítimos, representatividade e reconhecimento na esfera pública, gênero, etnia, capital social e cultural, entre outras.

Como aponta Miguel (2014), a exigência de adequação a um determinado padrão discursivo é um mecanismo importante de exclusão, tanto do campo político quanto dos meios de comunicação. Em um pluralismo externo, com convivência de polos hegemônicos e uma ideia ampliada do que *é* e do que *pode ser* o jornalismo, que não fica mais atrelado ao discurso unicamente empresarial ou da objetividade, a presunção é de que esse fechamento seja menor. Ao modificar alguns valores base da profissão, outros discursos, em outras formas, como relatos em primeira pessoa de “não jornalistas”, podem ser inclusos com legitimidade no campo jornalístico. No entanto, mesmo com um padrão mais alargado, ainda há determinados códigos de discurso que serão considerados legitimamente “jornalismo” e outros que não.

Os indivíduos e grupos privilegiados na distribuição de riqueza, nos arranjos da vida doméstica e no acesso à informação, bem como na valorização simbólica de atributos como cor ou sotaque, tendem a estar fortemente privilegiados também nas esferas de representação. [...] Assim, a representação contribui para perpetuar desigualdades, ao mesmo tempo em que as espelha. São necessárias medidas para romper com esse círculo, concedendo aos grupos em posição subalterna recursos adicionais para discutir internamente, participar do debate público, disputar eleições e controlar seus representantes (MIGUEL, 2014, p. 296).

---

<sup>32</sup> Em 2017, são eles: Roberto Irineu Marinho, José Roberto Marinho e João Roberto Marinho (Grupo Globo), Aloysio de Andrade Faria (Grupo Alfa), Carlos Sanchez (Grupo NC). Outros donos de mídia já estiveram na lista em outros anos, como os irmãos Victor Civita Neto, Giancarlo Franceso Civita e Roberta Anamaria Civita (Grupo Abril), Edir Macedo (Grupo Record e IURD) e Sílvio Santos (SBT).



Tais dificuldades e desigualdades de produção, acesso, alcance e legitimidade ficam explícitas na atuação dos canais chamados de “mídia ativista”, que, muitas vezes, precisam se adequar às formas do discurso consolidado do fazer jornalístico profissional para atingir um número maior de pessoas e, portanto, aumentar sua capacidade de mobilização (PRUDENCIO, 2010).

Se os atores coletivos pretendem que essa mídia opositora tenha algum efeito político, é preciso ser estratégico e usar as mesmas armas dos adversários. Apostar numa mídia que recusa qualquer identificação com práticas já institucionalizadas pode levar a ação ao vazio (PRUDENCIO, 2010, p. 271).

Ao padronizar seu discurso para aproximar-se do já legitimado discurso jornalístico, as novas mídias realmente podem alcançar mais pessoas. No entanto, não parece muito promissor para conceber novas formas de jornalismo adotar o discurso homogeneizante, universal e generalista que, em sua grande maioria, exclui exatamente esses outros discursos que tentam se afirmar por fora. Ao procurar imitar a lógica discursiva que lhe exclui, o discurso produz sobre o “nós” a partir de códigos que fazem sentido para o “eles” e corre o risco de perder parte da importância para os agentes dessa produção. Ter de adequar-se a normas bastante restritas da ordem discursiva hegemônica e negar a parcialidade do próprio discurso, ao mesmo tempo em que denuncia, direta ou indiretamente, a impossibilidade dessa imparcialidade no outro, é partir de uma armadilha paradoxal. Agir através dos mesmos valores e formas discursivas que se pretende criticar não necessariamente é muito produtivo, afinal, veículos de informação menores, ao reproduzir as formas discursivas do jornalismo profissional, dificilmente atingirão a mesma legitimidade ou o mesmo alcance dos grandes conglomerados de comunicação, que possuem mais recursos materiais, pessoais, de poder e influência.

Essas contradições e dificuldades que enfrentam as “mídia ativistas” demonstram que o campo de disputa e produção de discursos e representações é árduo e bastante desigual, tanto dentro da concepção de jornalismo generalista que vigora hoje, quanto em outra concepção que

possa surgir e tentar conquistar espaço no cenário nacional.

Os grupos dominantes controlam mais recursos materiais, incluído aí o tempo livre, que lhes permitem agir de forma eficaz na arena política. São melhor treinados na produção do discurso adequado – ou o discurso considerado adequado é mais próximo de seus padrões de fala, marcados positivamente, ao contrário do que ocorre com a fala dos dominados. Seus interesses são mais facilmente travestidos de interesses universais, outro efeito do “imperialismo cultural”: a experiência e cultura do grupo dominante é universalizada e surge como a norma (Young, 1990a, p. 59) (MIGUEL, 2014, p. 236).

Reconheço que uma explícita negação dos valores que estruturam grande parte da teoria e das práticas jornalísticas, um reconhecimento de outros valores e a busca por concepções e práticas de jornalismo que estejam de acordo com eles exige muito mais que críticas discursivas e formulações teóricas. Renovações não se dão a partir do vácuo social, as lutas por hegemonia já travadas e a ordem vigente estão em posições privilegiadas para que seja mais fácil, e provável, que as coisas se mantenham como estão. Concordo com Miguel (2014) quando ele afirma que uma ordem mais igualitária exige redistribuição geral de capital político e da capacidade de intervir no debate coletivo, não apenas redistribuição de postos, cargos ou espaço legítimo.

Ideally, the role of the media should precisely be to contribute to the creation of an agonistic public space in which there is the possibility for dissensus to be expressed or different alternatives to be put forward. But on the other hand, the media cannot just create this out of the blue, that is why the main responsibility - for me - still lies with the political parties (MOUFFE *in*

CARPENTIER, 2004, p. 11).<sup>33</sup>

Sigo em acordo com Mouffe quando ela reconhece que está muito além da mídia criar esse espaço, sozinha, a partir do “nada”. A relação das representações sociais e do jornalismo com a política e a sociedade é de duas vias: reflete as características e deficiências na participação e representação na esfera pública, mas também as produz. Há necessidade de que diversas outras desigualdades sejam revistas e minimizadas, de maior representação e pluralidade em outros campos da esfera pública, de que partidos políticos e projetos invistam tempo e dinheiro na formação de um ambiente com pluralismo externo, de que haja subsídio público para novos veículos de comunicação que tragam visões distintas das extensamente veiculadas. A mídia não é de todo responsável pela falta de pluralidade e pelas muitas e reiteradas exclusões, mas não está isenta de parcela dessa responsabilidade. Não pode mudar o cenário sozinha, mas não pode esperar que, um dia, irá simplesmente refletir os resultados de uma sociedade mais plural.

A constatação do cenário atual pouco amigável para um pluralismo externo e agonista não desfaz a necessidade do reconhecimento das diversas fissuras e contradições do discurso jornalístico e do esforço em pensar e construir possibilidades contra-hegemônicas. Além disso, ainda que produzidas dentro da ordem hegemônica de um jornalismo imparcial, neutro, racional e de acesso a uma verdade última e fatural, novas formas de mídia e discurso, mesmo sem questionar diretamente a ordem vigente, conseguem alcances importantes, mudanças mais ou menos expressivas e geram impacto na produção e concepção do que é o jornalismo.

A nova mídia pode alterar os fluxos de informação da mídia de massa, pois transforma os *websites* ativistas em fontes de informação para a mídia comercial. Segundo Bennet (2004), as esferas públicas criadas pela internet são mais que universos paralelos de informação que existem

---

<sup>33</sup> Idealmente, o papel da mídia deveria ser, precisamente, contribuir para a criação de um espaço público agonista no qual exista a possibilidade de expressar discordância ou propor diferentes alternativas. Por outro lado, a mídia não pode criar isso a partir do nada, e é por isso que a principal responsabilidade – para mim – ainda cabe aos partidos políticos.

independentemente da mídia de massa. Ao contrário, a internet muda a forma como são feitas as notícias em função da oferta de contrainformação, porque a capacidade de *gatekeeping* se enfraquece diante do surgimento de outras fontes de informação que não as oficiais (PRUDENCIO, 2010, p. 267).

Há diversas dificuldades para que a aplicação de um modelo de pluralismo externo, ou um jornalismo de viés agonista, se consolide enquanto alternativa possível. A tendência é de reprodução das hierarquias e há um muro bastante sólido de desigualdades que separam os que constituem a ordem vigente dos que pretendem derrubá-lo. Como afirma Miguel (2014), os grupos excluídos precisam de mais do que um lugar para verbalizar suas perspectivas.

No entanto, não apenas as chamadas novas mídias, mas veículos tradicionais de jornalismo podem considerar vantajoso se reconfigurar e calcar em outras bases sua relação com a prática e com o público. A reconfiguração pode vir a ser atraente para os conglomerados de mídia em um contexto no qual há cada vez mais acesso a um número maior e mais diverso de informações e pontos de vista, portanto, maior a probabilidade e a facilidade do público em reconhecer a parcialidade do jornalismo e a impossibilidade prática de seus valores proclamados. Uma vez reconhecendo suas decisões e posições, os veículos jornalísticos podem reverter o aspecto negativo dessa disjunção entre discurso e prática e tratar o público como parceiro político ativo, que toma posições desde sua identificação, ou não, com determinados veículos.

Mudanças em prol de maior pluralidade na esfera da produção dos discursos públicos não podem esperar condições ideais de temperatura e pressão para que possam ser criadas novas possibilidades. Esperar os necessários incentivos de redução do oligopólio da comunicação e das desigualdades, ou o dia em que não haverá diferença de valoração e legitimidade nos discursos, significa relegar-se à inércia e isentar o campo comunicativo de sua responsabilidade na produção e reprodução de representações, pontos de vista, desigualdades e pluralidade. Não cabe *apenas* ao jornalismo criar condições para um jornalismo mais plural e agonista, mas cabe *também* ao jornalismo uma posição protagonista na criação, ou não, dessas condições.

A reivindicação da pluralidade de perspectivas, assim, tensiona as formas estabelecidas de exclusão e dominação. Se não há um “ponto de chegada”, uma situação ideal em que todas as perspectivas sociais estejam igualmente presentes, uma vez que o campo reinventa a cada momento os seus princípios de hierarquização, a consciência da exclusão pode forçar a redefinição permanente de seus limites. Em suma, a incorporação de perspectivas diferenciadas convive com a reprodução de concentração de poder que caracteriza esses campos, mas impõe novos desafios às formas como essa reprodução se dá. A afirmação da pluralidade social ou a defesa da ampliação das perspectivas sociais presentes não encerra nenhuma panaceia [...]. Mas quanto mais radical for a exigência de inclusão, maior seu efeito potencial na reconfiguração das estruturas de desigualdade da política. Os diferentes agentes sociais não são objetos passivos de mecanismos de reprodução, mas participantes ativos de um “regime dinâmico de lutas contínuas por reconhecimento”, para usar a expressão de Nancy Fraser (2003, p. 57), capazes de buscar uma nova conformação das relações de poder, mais convenientes para si próprios (MIGUEL, 2014, p. 226-227).



## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reading is never innocent or passive; it is an engagement, constructive and productive, a practice of knowledge that is never freed of power. Better, then, not to pretend otherwise [...] (HONIG, 1993, p. 201).<sup>34</sup>

Em acordo com tudo o que foi desenvolvido neste trabalho, foi de uma posição parcial e engajada com um ideal agonista e pluralista que analisei, critiquei e pensei sobre o jornalismo. A aproximação do jornalismo com a teoria agonista foi produtiva para criticar e rejeitar alguns dos pilares que estruturam a teoria e as práticas da profissão: busca de uma verdade última e racional, a verdade dos fatos; objetividade; imparcialidade; neutralidade; isenção. Hannah Arendt, Bonnie Honig, Nietzsche, Chantal Mouffe, Luis Felipe Miguel e William Connolly, os principais teóricos considerados neste trabalho, forneceram reflexões, raciocínios e argumentos que auxiliam a questionar as frágeis bases sobre as quais se estruturam os valores jornalísticos.

A teoria agonista e suas interpretações auxiliaram também a aproximar o jornalismo da ação política e da parcialidade ao reconhecer a inevitabilidade das exclusões, decisões e limites em qualquer ordem hegemônica; a escancarar o caráter político e estratégico do discurso que nega sua politização; a reorientar a bússola e os horizontes possíveis do jornalismo; a quebrar a crença na viabilidade de um consenso universal ou racional; a expor fissuras, invisibilidades e possibilidades de reformulação do jornalismo que, enquanto ordem política, está aberto ao confronto e pode ser sempre outro; a direcionar os holofotes e esforços para a valorização e o aumento da pluralidade.

No que diz respeito diretamente aos meios de comunicação e ao jornalismo, no entanto, a quebra com o discurso liberal hegemônico é mais fraca ou sequer ocorre. Os autores mais diretamente revisitados sobre o tema não rompem totalmente com os valores que estruturam a ideia de jornalismo liberal e, por vezes, reafirmam a hegemonia vigente

---

<sup>34</sup> Ler nunca é um ato inocente ou passivo; é um envolvimento, construtivo e produtivo, uma prática de conhecimento que nunca está livre de poder. Melhor, então, não fingir o contrário [...].

ou permanecem em um grau de análise superficial, em contradição à própria teoria agonista.

Ao pensar com e contra os autores agonistas para formular uma aproximação da teoria do jornalismo com a teoria agonista, acredito que podemos romper com a “imparcialidade homérica” e a “verdade fatural” de Arendt, tal qual ela rejeita, com Nietzsche, a “verdade racional” e a tradição da filosofia moderna; ampliar os espaços de ação política arendtiana e as fronteiras, tão rígidas com Arendt, do que é ou não político, como faz Honig, podendo assim considerar “atos de jornalismo” como ação política arendtiana; radicalizar mais a “democracia radical” de Mouffe, que não questiona, em última instância, as regras base do jogo liberal e não confere importância devida às desigualdades sociais nem ao papel da mídia jornalística na construção de novas hegemonias; complexificar as reflexões de Mouffe sobre o jornalismo, que ora o trata como mero “espelho da sociedade”, ora como esfera superpoderosa capaz de encerrar os indivíduos em bolhas ideológicas. Repensei a forma generalizante e simplista com que Mouffe analisa a imprensa, requerendo dos jornalistas habilidades que ela própria descreve como impossíveis – o máximo de neutralidade e reprodução de perspectivas possível, a conformidade com uma verdade última dos fatos, a capacidade de reproduzir, e apenas isso, todos os pontos de vista e interpretações sobre um assunto; e questiono a aplicabilidade da solução um tanto desprovida de ação individual e coletiva de Connolly ao focar a manutenção do agonismo em virtudes cívicas como o “respeito agonístico” e a “responsividade crítica”.

Na tentativa de pensar, com os autores agonistas, em um modelo aplicável de jornalismo que esteja alinhado com um viés agonista e plural, focado no pluralismo externo de perspectivas, encontrei ferramentas e também dificuldades para formular as bases de novos caminhos. No que tange à aplicabilidade do modelo agonista e suas questões práticas, os teóricos indicam pontos de partida, muitas vezes frutíferos, outras vezes demasiado genéricos.

Arendt fornece a valorização do discurso e da performance em si, além do reforço da importância da pluralidade e de canais em que as pessoas possam exercê-la e identificar-se; Mouffe, ao indicar o “pluralismo de hegemonias”, advogando pela existência concomitante de diferentes polos hegemônicos, fornece ferramentas para pensarmos em diferentes polos com orientações distintas no jornalismo – pluralismo externo; Connolly, ao reforçar a importância de um *ethos*



com as qualidades cívicas, nos ajuda a pensar que a concepção e a prática jornalística precisa passar por uma reformulação do *ethos* jornalístico, que pode não ser espontânea nem cultivada através de virtudes, mas fundamental para que haja uma nova hegemonia.

Luís Felipe Miguel, por sua vez, trata diretamente dos meios de comunicação na realidade brasileira, apresenta diversas contribuições que reafirmam o caráter central das desigualdades nacionais e lembra que a ligação entre teoria política e realidade é, ainda que muitas vezes obscurecida, essencial. A partir de seu chamado para que a teoria política “desça” os pés ao chão, procurei desenhar, em uma empreitada bastante inicial, as possibilidades e impossibilidades de um jornalismo agonista. Ultrapassa as possibilidades e ambições deste trabalho a ideia de criar um modelo completo de jornalismo agonista, mas concentrei esforços em pensar, na prática, as dificuldades e vantagens de um jornalismo que renega seus pilares mais importantes e procura novos caminhos.

O jornalismo e suas bases estão sendo criticados não isoladamente, mas em conjunto com diversas instituições e crenças da modernidade. O discurso do campo jornalístico sobre si passa por uma legitimidade que busca respaldo nos ideais de “democracia” e “interesse público”. A ideia de que o jornalismo é essencial para a democracia estrutura boa parte das reflexões sobre o campo e sedimenta o argumento para muitos dos seus valores ideais. Os questionamentos em relação ao jornalismo, porém, encontram confluência em críticas e reflexões que debatem os limites, discordâncias e possibilidades da democracia tal qual conhecemos, embasadas por questões levantadas a partir de movimentos como a Primavera Árabe, *Occupy Wall Street*, as manifestações de junho de 2013 no Brasil e os debates sobre a legalidade ou não do *impeachment* de Dilma Rousseff, por exemplo.

Nesse sentido, Arendt, Mouffe e Connolly parecem traçar um mesmo horizonte possível: a democracia como concebemos, com os mesmos valores e instituições. Talvez, outras práticas e concepções de jornalismo sejam um tanto difíceis de vislumbrar em uma democracia agonista porque, com esses autores, as bases da teoria democrática passam um tanto impunes à crítica. Outras formas de entender e fazer jornalismo, talvez, possam ser construídas em conjunto com a crítica à democracia como ela se configura atualmente, unindo as críticas às bases do jornalismo com as críticas à modernidade e aos ideais democráticos em comparação com suas possibilidades práticas.

Desse exercício, concluo que um jornalismo com pluralismo externo e de viés agonista pode ampliar a pluralidade de discursos e pontos de vista presentes na esfera pública; conceder mais oportunidades para que mais perspectivas, principalmente as marginalizadas na ordem vigente, sejam autoras das representações de si e façam conhecer suas representações sobre o mundo; reintroduzir a dimensão política e, ao assumir-se parcial, conformar práticas mais abertas, plurais e honestas, que permitam mais debate e contestação; ser um canal de mobilização política, produção e cultivo de identidades políticas e coletivas.

Os desafios e barreiras para uma mudança de concepção e práticas no jornalismo brasileiro esbarram em um grande oligopólio e concentração econômica e de poder, dificuldade de estabelecer legitimidade e audiência e as mais diversas desigualdades. Tudo isso, porém, não invalida a crítica, a responsabilidade do próprio jornalismo em fazer-se mais plural e o exercício de pensar novas possibilidades, uma vez que, como toda ordem hegemônica, o jornalismo tal qual se apresenta atualmente pode ser questionado e reconstruído sobre outros valores, mesmo com todas as dificuldades que isso engendra.

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A Condição humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

\_\_\_\_\_. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

\_\_\_\_\_. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BROERSMA, Marcel; PETERS, Chris. Introduction: towards a functional perspective on journalism's role and relevance. In:\_\_\_\_\_. **Rethinking journalism again: societal role and public relevance in a digital age**. Londres: Routledge, 2017.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Orgulho e preconceito: a "objetividade" como mediadora entre o jornalismo e seu público. **Opinião Pública**. Campinas: v. 18, n. 1, p. 22-43, jun. 2012.

BOURDIEU, P. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2007.

\_\_\_\_\_. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

CARPENTIER, Nico; CAMMAERTS, Bart. Hegemony, democracy, agonism and journalism: an interview with Chantal Mouffe. **Journalism studies**: Londres, v. 7, n. 6, p. 964-975, 2006.

CASTRO, Eduardo Viveiros. **Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

CHARRON, Jean; DE BONVILLE, Jean. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2016.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Concentração de mídia, padronização jornalística e igualdade do noticiário: o caso de Santa Catarina**. In: VI

Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2008, UESP (Universidade Metodista de São Paulo).

CONNOLLY, William. **Identity/difference**. Londres: University of Minnesota Press, 1991.

\_\_\_\_\_. **Pluralism**. Durham: Duke University Press, 2005.

COSTA, Jean Gabriel Castro da; ZILIO, Lara Bethânia. **Agonismo e pluralidade no pensamento político de Hannah Arendt**. ANPOCS, 37, 2013.

DEUZE, Mark; WAGEMANS, Andrea; WITSCHGE, Tamara. Ideology as resource in entrepreneurial journalism. **Journalism Practice**: v. 10, n. 2, p. 160-177, jan. 2016.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. Beyond journalism: Theorizing the transformation of journalism. **Journalism**: v. 19, n. 2, p. 1-17, fev. 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Eleição nos EUA alimenta avanço de assinatura de jornais**. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/03/1864191-eleicao-nos-eua-alimenta-avanco-de-assinatura-de-jornais.shtml>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

FRANZÉ, Javier; et al. Agonismo y deliberación: diferencias conceptuales entre dos perspectivas sobre política y conflicto. **Andamios**: Cidade do México, v. 11, n. 24, p. 59-82, jan-abr. 2014.

GIDDENS, Anthony. **Modernity and self-identity**: Self and society in the late modern age. Stanford: Stanford University Press, 1991.

HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo. **Comparing media systems**: three models of media and politics. Nova York: Cambridge University Press, 2004.

HONIG, Bonnie. **Political theory and the displacement of politics**. Londres: Cornell University Press, 1993.

INTERVOZES: Coletivo Brasil de Comunicação Social. **Quem controla a mídia no Brasil?** Disponível em <<http://brazil.mom-rsf.org/br/>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

MELLO, José Marques de. **Teoria do jornalismo: identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.

MENDONÇA, Daniel de. Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto. **Revista Sociedade e Estado**: Brasília, v. 25, n. 3, p. 479-497, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e Representação: territórios em disputa**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

\_\_\_\_\_. **Consenso e conflito na democracia contemporânea**. São Paulo: Unesp, 2016.

MOUFFE, Chantal. **Agonistics: thinking the world politically**. Londres: Verso, 2013.

\_\_\_\_\_. Deliberative democracy or agonistic pluralism. **Political Science Series**: Viena: v. 72, p. 1 -17, dez. 2000.

\_\_\_\_\_. **Sobre o político**. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2015.

\_\_\_\_\_. **The return of the politics**. Londres: Verso, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PRUDENCIO, Kelly. Mobilizar a opinião pública: sobre a comunicação dos ativistas políticos. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. (Org.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Hucitec, 2010.

SIEMENS, Herman. Reassessing radical democratic theory in the light of Nietzsche's ontology of conflict. In: ANSELL-PEARSON, Keith. (Org.). **Nietzsche and Political Thought**. Londres: Bloomsbury, 2013.

STEEL, John. Reappraising journalism's normative foundations. In: BROERSMA, Marcel; PETERS, Chris. (Org.). **Rethinking journalism again: societal role and public relevance in a digital age**. Londres: Routledge, 2017.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005.

WAHL-JORGENSEN, Karin. Is there a "postmodern turn" in journalism? In: BROERSMA, Marcel; PETERS, Chris. (Org.). **Rethinking journalism again: societal role and public relevance in a digital age**. Londres: Routledge, 2017.

WENMAN, Mark. William E. Connolly: Pluralism without transcendence. **Political studies association** v.10, n. 2, p. 156-170, mai. 2008.

ZILIO, Lara. **O agonismo no pensamento político de Hannah Arendt**. 2014. 132 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.